



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA  
CAMPUS SANT’ANA DO LIVRAMENTO

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

SANT’ANA DO LIVRAMENTO

Junho, 2012.

REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ulrika Arns

VICE-REITOR  
Prof. Dr. Almir Barros da Silva Santos Neto

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO  
Prof<sup>a</sup>. Elena Maria Billig Mello

DIRETORA DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Daniela Vanila Nakalski Benetti

COORDENADORA DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Kamilla Raquel Rizzi

#### DOCENTES DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

|   |  |
|---|--|
| Msc. Alcívio Vargas Neto                          | Msc. Jeferson Luís Lopes Goularte      |
| Dr <sup>a</sup> . Ana Monteiro                    | Dr. João Garibaldi Almeida Viana       |
| Msc. Ana Luiza de Souza Soares                    | Dr. José Felipe Araújo de Almeida      |
| Dr <sup>a</sup> . Anna Carletti                   | Msc. Kalinca Léia Becker               |
| Msc. Ariel Behr                                   | Dr <sup>a</sup> . Kamilla Raquel Rizzi |
| Dr. Avelar Batista Fortunato                      | Msc. Kathiane Benedetti Corso          |
| Msc. Camila Furlan da Costa                       | Msc. Luiz Edgar Araujo Lima            |
| Msc. Carina Cipolat                               | Msc. Mauro Barcellos Sopena            |
| Msc. Carlos Hernán Rodas Céspedes                 | Msc. Marta Olivia Rovedder de Oliveira |
| Msc. César Augustus Techemayer                    | Msc. Mauro Barcellos Sopena            |
| Dr <sup>a</sup> . Carolina Freddo Fleck           | Msc. Nícia Pereira de Araújo           |
| Msc. Cristian Wittmann                            | Msc. Paulo Vanderlei Cassanego Junior  |
| Dr <sup>a</sup> . Daniela Vanila Nakaslki Benetti | Msc. Rafael Balardin                   |
| Msc. Eduardo Angeli                               | Msc. Rafael Vitória Schmidt            |
| Msc. Fabiane Tubino Garcia                        | Msc. Renatho José da Costa             |
| Dr. Fábio Régio Bento                             | Msc. Ricardo Severo                    |
| Msc. Flávio Augusto Lira Nascimento               | Msc. Rodrigo Alexandre Benetti         |
| Msc. Gleicy Denise Vasques Moreira Santos         | Msc. Roseclair Lacerda                 |
| Dr. Gustavo de Oliveira Aggio                     | Msc. Thadeu José Francisco Ramos       |
| Msc. Hector Cury Soares                           | Msc. Tiago Patias                      |
| Msc. Jamur Johnas Marchi                          | Msc. Vanessa Rabelo Dutra              |
| Dr <sup>a</sup> . Janaina Mendes de Oliveira      | Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt         |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 3  |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....  | 5  |
| 1.1 UNIPAMPA .....  | 5  |
| 1.1.1 Campus Sant’Ana do Livramento .....                                     | 7  |
| 1.2. REALIDADE REGIONAL .....   | 8  |
| 1.3 JUSTIFICATIVA .....   | 12 |
| 1.4 LEGISLAÇÃO .....  | 16 |
| 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....                                       | 18 |
| 2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO .....  | 18 |
| 2.1.1 Perfil do Curso.....  | 20 |
| 2.1.2 Objetivos .....   | 20 |
| 2.1.3. Perfil do Egresso do Curso de Relações Internacionais .....            | 21 |
| 2.2. DADOS DO CURSO .....   | 22 |
| 2.2.1. Administração acadêmica .....  | 22 |
| 2.2.2. Funcionamento .....  | 25 |
| 2.2.3 Formas de Ingresso.....   | 25 |
| 2.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....   | 29 |
| 2.3.1 Integralização Curricular .....   | 30 |
| 2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação .....                               | 38 |
| 2.3.4. Ementário .....  | 44 |
| 2.3.5. Flexibilização curricular.....   | 62 |
| 3 RECURSOS .....  | 64 |
| 3.1 CORPO DOCENTE .....   | 64 |
| 3.2 CORPO DISCENTE .....  | 67 |
| 3.3 INFRAESTRUTURA.....   | 68 |
| 4 AVALIAÇÃO .....   | 70 |
| REFERÊNCIAS .....   | 75 |
| ANEXO A – Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II) ..... | 77 |
| ANEXO B – Normas para o Estágio Supervisionado .....                          | 86 |

## INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA – Campus Sant’Ana do Livramento – é uma construção coletiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Sendo assim, concepções, acertos e erros não serão de responsabilidade do Coordenador do Curso, Coordenador Acadêmico ou Diretor, mas sim, fruto de uma ação consciente e organizada. O documento demonstra a autonomia, participação e descentralização do processo educativo mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico visa melhorar a qualidade da educação e essa preocupação expressa-se muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho (VEIGA, 2003).

Com o mesmo cuidado com que foi conduzida a construção deste será feita a reflexão contínua dos processos nele constantes, buscando a qualidade do Curso e da Educação Superior. O trabalho foi realizado pelo planejamento coletivo, flexível, questionado e refletido em busca de um tipo de cidadão que se quer formar, com que meios, que tipo de sociedade se deseja e o que a UNIPAMPA pode e deve fazer considerando a realidade em que está inserida. Dessa forma, este Projeto Pedagógico representa o marco inicial de um Curso Superior relativamente jovem nas Instituições de Ensino Superior, o qual ainda não apresenta Diretrizes Curriculares Nacionais que o orientem (embora já esteja previsto no Catálogo de Cursos do Ministério de Educação), e por isso, foi concebido pela Universidade a partir dos Padrões de Qualidade do Ministério da Educação para os Cursos de Relações Internacionais (de 2009) e demais regulamentações do Ensino Superior brasileiro e da própria Universidade.

Nesse sentido, entende-se que muitas alterações e atualizações ainda poderão ocorrer futuramente. O curso iniciou no 2º semestre de 2009 pela iniciativa da UNIPAMPA em ampliar suas ações na região onde está inserida ofertando mais cursos de formação superior (PI, 2009). Além disso, o curso trabalha uma característica regional enaltecida ao longo do tempo: o fato de ser uma fronteira seca com outro país, com o qual se conseguiu estabelecer

relações amistosas, a ponto de identificar a região como “Fronteira da Paz”. Seu planejamento não foi pensado de forma isolada, mas também como um elemento que ajudará a dar suporte para o aprimoramento da proposta dos outros cursos em funcionamento no Campus.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1.1 UNIPAMPA

Visando o desenvolvimento de regiões economicamente desvalorizadas, o Governo Federal brasileiro estabeleceu, em 2005, um programa de Desenvolvimento Regional prevendo, dentre outras medidas, a instalação de Universidades Federais cuja finalidade seria fomentar valores locais no intuito de potencializar essas economias. Diante dessa conjuntura específica e, instrumentalizado pelo programa de expansão das universidades federais do Brasil, promove-se o Acordo de Cooperação Técnica financiado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a ampliação de ações no âmbito da Educação Superior Pública na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Com a criação desse programa dá-se início à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a qual passa a contribuir diretamente para minimizar o processo de estagnação econômica da região, pois a educação estimula o crescimento e viabiliza o desenvolvimento regional.

A Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, em seu artigo primeiro institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Fica definido, também, pelo texto da Lei que a UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Sul do Rio Grande do Sul (Figura 1).

**Figura 1 – Localização dos municípios sedes dos Campi da Universidade.**



Fonte: Projeto Institucional da UNIPAMPA (2009).

Segundo o Projeto Institucional da UNIPAMPA, nesse período inicial coube à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) implantar os *Campi* com seus cursos localizados em: São Borja (Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social), Itaqui (Agronomia), Alegrete (Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica), Uruguaiana (Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia) e São Gabriel (Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental). À Universidade Federal de Pelotas (UFPel) coube os *campi* de Jaguarão (Pedagogia e Licenciatura em Letras – Português e Espanhol), Bagé (Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras – Português e Espanhol, Licenciatura em Letras – Português e Inglês), Dom Pedrito (Zootecnia), Caçapava do Sul (Geofísica) e Santana do Livramento (Administração).

Na construção do Projeto Institucional (2009), a UNIPAMPA adota os seguintes princípios orientadores para nortear seu trabalho: (a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; (b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; (c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a

construção de uma Nação justa e democrática.

A Universidade vem expandindo sua atuação a partir da oferta de novos cursos de graduação. Em 2009, foram ofertados 43 cursos de graduação; em 2012, 62 cursos são ofertados pela Universidade, e, com isso, 3.110 vagas disponibilizadas (sendo que 50% delas - 1.555 - são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas para indígenas, afrodescendentes, deficientes e estudantes de escolas públicas. Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos *stricto sensu*. Em março de 2012, seis Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu* (nível de Mestrado) encontram-se aprovados pela CAPES e em funcionamento, quais sejam: Mestrado em Ciência Animal (*Campus* Uruguaiana), Mestrado em Ciências Biológicas (*Campus* São Gabriel), Mestrado em Bioquímica (*Campus* Uruguaiana), Mestrado em Engenharia (*Campus* Alegrete), Mestrado em Engenharia Elétrica (*Campus* Alegrete) e Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (*Campus* Bagé). No entanto, a meta é que ainda sejam criados cursos de Mestrado em todos os *Campi* da Universidade e dois cursos no nível de Doutorado até 2014. Esses cursos contam com o número de 539 docentes efetivos na instituição, 569 técnicos e aproximadamente 8.500 alunos de graduação e pós-graduação.

### 1.1.1 Campus Sant'Ana do Livramento

O Campus de Sant'Ana do Livramento, RS, onde foi implantado o Curso de Relações Internacionais, localiza-se na zona de fronteira entre Brasil/Uruguai (Figura 2). O município tem como limites geográficos, as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Bagé e Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma rua urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento de mesmo nome, da República Oriental do Uruguai.

Figura 2 – Localização do município de Sant'Ana do Livramento.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php)>. Acesso em: 02 ago. 2011.

A UNIPAMPA, em Sant'Ana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, situado à Rua Barão do Triunfo, nº 1048, com uma área construída de 4.214,00m<sup>2</sup>, em um terreno de superfície de 5.529,17m<sup>2</sup>. O prédio conta com salas de aula, 02 auditórios (para 350 pessoas e 200 pessoas), laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com área construída de 1.283,40m<sup>2</sup>. As atividades acadêmicas do Campus tiveram início em outubro de 2006. Na ocasião, o Campus contava com 7 docentes, 11 técnicos administrativos e 100 alunos. Em março de 2012, o Campus conta com um corpo docente formado por 45 professores com regime de Dedicção Exclusiva, sendo 11 Doutores e 34 Mestres, corpo técnico-administrativo com 22 servidores e corpo discente com 893 alunos.

Atualmente, além do curso de Relações Internacionais, o Campus oferece também os cursos de Administração (primeiro a ser implantado, nos turnos diurno e noturno), Tecnologia em Gestão Pública (noturno) e Ciências Econômicas (noturno). Está em andamento também a primeira turma do curso de Especialização *Lato Sensu* Desenvolvimento em Regiões de Fronteira, com 30 alunos. Tendo em vista a afinidade entre os cursos, a proposta curricular que está sendo construída prevê interligação entre eles, permitindo, com isso, que o desenvolvimento das atividades ocorra interdisciplinarmente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, de acordo com o PI (2009), a UNIPAMPA exercerá seu compromisso com o seu contexto regional, por meio de suas atividades educacionais.

## 1.2. REALIDADE REGIONAL

De acordo com o Ministério da Integração, “a denominada Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul é um território de aproximadamente 150.000 km<sup>2</sup>, com 104 municípios fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008). Tomando-se o espaço de inserção da UNIPAMPA, esta abarca dois COREDES (regiões geopolíticas do estado do RS), a Região Fronteira Oeste (com 13 municípios) e a Região da Campanha (com 7 municípios).

A história do Rio Grande do Sul já contou com esta região como sustentáculo da economia de todo o estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes lavras de terra e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garantiu a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado

externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia.

A dualidade sócio-econômica Sul-Norte no estado singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento: o Norte mais desenvolvido (com base na indústria metal-mecânica e na agricultura extensiva) se contrapõe ao Sul subdesenvolvido (baseado numa estrutura produtiva dependente dos setores primário e de serviço). Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: pouco investimento público *per capita*, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, que prejudicam a competitividade, a atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando, fortemente, a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde (UNIPAMPA, 2009, pág. 6).

Desse modo, enfatiza-se que a Metade Sul do RS perdeu espaço no cenário do agronegócio nacional pelo avanço da fronteira agrícola em direção aos importantes centros consumidores, pela distância geográfica que causa limites na logística de distribuição e pela demora no avanço sobre os elos de industrialização dos complexos agroindustriais, cuja matéria-prima é produzida regionalmente. Isso tudo contribui para compor o cenário de subdesenvolvimento econômico regional. Aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico regional tendem a contribuir para a resistência na adoção de novas tecnologias e para a limitação no avanço de cadeias agroindustriais coordenadas (a cadeia da carne bovina sistematicamente sofre de falta de coordenação).

Nesse sentido, o processo de recuperação da região considera sua localização como elemento fundamental, haja vista ela encontrar-se perfeitamente integrada aos demais estados do MERCOSUL. Ainda, tomando por base a proposta dos últimos governos federais de privilegiar as relações com os Estados latino-americanos, mais uma vez a região assume ares de destaque e papel diferenciados. Tais potencialidades foram detectadas pelos membros da comunidade acadêmica durante o estudo realizado na construção do PI, em que, além de verificarem essas características relacionadas à posição geográfica, também perceberam a recuperação do potencial no desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande, na abundância de terras, nos exemplos de excelência na produção agropecuária, nas reservas minerais e na existência de significativas instituições de ensino e pesquisa (PI, 2009), ou seja, diferenciais altamente positivos.

Ainda, está previsto pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE)<sup>1</sup> que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita das regiões Fronteira Oeste e Campanha passe de R\$ 8.845 para R\$ 12.058, gerando um crescimento esperado de 36,3% no período. Sua participação no PIB gaúcho cairá de 5,7% para 5,39%. Crescendo a taxas mais baixas que o Estado, a região tende a se afastar do PIB médio *per capita*: sua proporção quanto a ele deverá passar de 76% em 2003 para 73% em 2015. Fora do contexto do Relatório Rumos 2015, deve ser apontada a potencialidade da região para geração de energia eólica. O projeto prevê um investimento de US\$ 1.500 milhões, em três municípios: Sant’Ana do Livramento, Jaguarão e Piratini. Segundo dados da Agenda 2020, os três parques juntos “teriam capacidade de geração de até 223 megawatts (cerca de 6% da demanda média de energia do Rio Grande do Sul)”, entrando no sistema elétrico nacional como energia complementar.

Inserida nesse contexto regional, Sant’Ana do Livramento é uma cidade fronteiriça, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira Brasil/Uruguai – a chamada “Fronteira da Paz”. Referindo-se diretamente à cidade onde se localiza o Campus Sant’Ana do Livramento, segundo Gutierrez-Bottaro (2002, s/n), “Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada ‘Parque Internacional’”. Seguindo informações disponibilizadas por Gutierrez-Bottaro (2002), e utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deu-se conta que este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e entre as 5 maiores do Uruguai, entre os anos de 2005 e 2010.

A economia de Sant’Ana do Livramento foi uma economia pujante até a década de 1960, calcada no comércio de importações, produção pecuária. Como o restante da região, sob a influência da mudança do contexto macroeconômico, com desenvolvimento de outros polos produtores de matérias-primas, mais próximos dos centros industrializadores do país (região sudeste principalmente) e com mudanças dos padrões competitivos nos mercados de inserção, fora a crise macroeconômica do país que se estendeu do final da década de 1970 até início da década de 1990, a economia entrou em processo recessivo e encontra-se estagnada nas últimas duas décadas. Existe um esforço local para buscar alternativas que possam desencadear um novo ciclo de desenvolvimento. Este esforço passa por vários atores locais e

---

<sup>1</sup> Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Fronteira+Oeste](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Fronteira+Oeste)> Acesso em: 01 mar. 2012.

regionais e vem contando também com o suporte do governo federal, dentro da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006). Em consonância com esse, há o Plano de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, também do governo federal, lançado em 2005 e reestruturado em 2007, que prevê uma série de investimentos e ações públicas e privadas nos municípios da Faixa de Fronteira brasileira, especialmente naqueles que possuem cidades-gêmeas com os países limítrofes (o caso de Sant’Ana do Livramento-Rivera).

Nesses termos, o contexto de ensino médio regional, sob responsabilidade da 19ª Coordenadoria Regional de Educação (abarcando os municípios de Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Sant’Ana do Livramento e São Gabriel) reflete uma demanda de jovens egressos do ensino médio em 34 escolas, sendo 25 estaduais e 9 particulares<sup>2</sup>, totalizando aproximadamente mil alunos egressos por ano. As condições econômicas da cidade e região corroboram esses números, ao identificar-se que a maioria desses egressos é proveniente de escolas públicas.

Em relação ao ensino superior ofertado em Sant’Ana do Livramento existem, além da Universidade Federal do Pampa, um Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, estadual), um Campus da Universidade da Região da Campanha (URCAMP, privada) e os polos de Educação à Distância da Universidade Federal de Santa Maria (federal), Universidade Federal de Pelotas (federal), da Universidade Castelo Branco (privada) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul, privada)<sup>3</sup>. Logo, nota-se o imperativo de instituições de ensino superior públicas, na região, que possam atender essas necessidades e frear o êxodo desses jovens para maiores centros urbanos do estado, especialmente Santa Maria, Pelotas e Porto Alegre.

Nota-se, assim, que o Bacharelado em Relações Internacionais do campus Sant’Ana do Livramento por ser curso único ofertado na região da Fronteira Oeste e Campanha gaúcha em instituição de ensino superior pública, levando em conta sua matriz curricular interdisciplinar e profundamente vinculada à realidade da Faixa de Fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina, busca estimular a região, a partir da formação de bacharéis com a capacidade de atuarem na resolução de conflitos internacionais, na mediação e regulação legislativa fronteiriça, na assessoria às questões de logística de infraestrutura/ transportes, em órgãos públicos e privados regionais e internacionais, representações diplomáticas, entre

---

<sup>2</sup> Conforme dados da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul, em março de 2012. Disponível em: <[http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca\\_escolas.jsp](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp)> Acesso em: 14 mar. 2012.

<sup>3</sup> Dados do e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 14 mar. 2012.

outros, e que possam agregar valor ao desenvolvimento da região de fronteira. E essa percepção é coadunada pela legislação que trata do Bacharelado em Relações Internacionais, ao identificar que a qualidade do ensino ofertado na área deva levar em conta o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como História, Política, Economia e Direito, mas também que “Relações Internacionais constitui área distinta de estudo” (2009). Assim sendo, nota-se uma demanda desses profissionais específicos na região em que se insere a Universidade Federal do Pampa.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Mostra-se importante resgatar alguns aspectos do processo que levou à sugestão da criação do Bacharelado em Relações Internacionais na UNIPAMPA. No dia 27 de agosto de 2008, os professores, técnicos administrativos e representação discente do Campus tiveram uma reunião com a Reitora, Vice-reitor e Pró-reitor de Planejamento da Universidade. A pauta referia-se ao planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do Campus. Naquele momento o grupo foi incentivado a pensar a expansão do Campus para o curto e médio prazo, considerando aspectos estratégicos não só do próprio Campus, mas também da UNIPAMPA como um todo.

Ficaram como diretrizes naquele momento o pedido de que o grupo “pensasse em bacharelados e tecnólogos, que fosse ousado, que se lembrasse da necessidade de buscar cursos que pudessem fornecer formação generalista, focando as humanidades, que se buscasse cursos capazes de criar massa crítica e que se olhasse possibilidades que pudessem provocar interferência no desenvolvimento regional”. Com estes elementos orientando a discussão, o corpo docente local começou a estruturar o plano de expansão do Campus em 03 de setembro seguinte. A proposta do curso de Relações Internacionais surgiu durante a proposição das estruturas curriculares para os cursos definidos nas primeiras reuniões, pois os grupos de trabalho formados passaram a estudar as possibilidades curriculares de cada curso tendo como grandes objetivos: aproveitar ao máximo as expertises já estabelecidas, contemplar as diretrizes deixadas pela Reitoria e preparar uma proposta que mostrasse convergência entre os cursos, as pesquisas feitas para dar suporte às estruturas abriram um leque de possibilidades não pensadas inicialmente.

Estas possibilidades fundamentam-se em um aspecto acordado pelos professores envolvidos neste planejamento, de que seria necessário trazerem-se para o Campus cursos

capazes de sustentar a formação de um Centro de Excelência em Gestão. Esta sustentação se deu não apenas pelos conhecimentos gerados dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Economia, Contabilidade e Direito), mas também por aqueles oriundos das Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, História, Geografia e Pedagogia). Outro aspecto reforçado pelo grupo diz respeito à necessidade de valorizar-se recursos locais, sejam eles reais ou potenciais, visando encontrar alternativas para o desenvolvimento regional. A ênfase no posicionamento fronteiriço da região (Faixa de Fronteira) foi elencada como um ponto a ser considerado neste contexto.

Ao estudar-se o curso de Relações Internacionais se percebeu, por um lado, que a proposta conseguia tanto ter permeância com as propostas de Gestão Pública e Administração, quanto traria para dentro do Campus expertises que poderiam contribuir para a formação de massa crítica. Por outro lado, o curso trabalha uma característica regional enaltecida ao longo do tempo: o fato de localizar-se em ser uma ampla fronteira seca com outro país, com o qual se conseguiu estabelecer relações amistosas, a ponto de identificar a região como “Fronteira da Paz”<sup>4</sup>.

No caso específico de Relações Internacionais, há uma clara demanda por profissionais da área nessa região fronteiriça, por ser um curso não ofertado pelas universidades instaladas locais (UERGS e URCAMP), além de os mais próximos serem ofertados em Universidades públicas na faixa leste do Estado (Porto Alegre e Pelotas) ou na região central (Santa Maria). Sua ligação com a área das Ciências Sociais Aplicadas, apesar de ser um curso relacionado também às Ciências Humanas, diferencia-se pela proximidade com a área de Administração e Economia, conforme se destaca no perfil desejado para o egresso do curso, constante do presente Projeto Pedagógico: “o bacharel em relações internacionais estará capacitado para atuar [...] em empresas de consultoria, instituições financeiras nacionais e internacionais [...]. Ele estará apto às mais diversas tarefas como a interpretar conjuntura, formular e executar estratégias de inserção internacional, captar recursos em organismos multilaterais ou agências de fomento, e produzir análises de risco.” Ou seja, mesmo sendo um humanista, com formação de ciências sociais, o bacharel em relações internacionais precisa ter fortes bases de formação nas ciências sociais aplicadas.

Assim, baseando-se nos “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” (2009), a interdisciplinaridade da área de Relações Internacionais a configura

---

<sup>4</sup> Esta última percepção já constava do planejamento do Campus quando do início da estruturação deste. Na proposta original do MEC, havia sido projetado um Instituto de Relações Internacionais para o Campus de Livramento, buscando usufruir não só das boas relações existentes, como da concentração de conhecimento na

como campo potencialmente rico e complexo, pois sua relativa fragmentação, entendida como força e não fraqueza permite compreender seu objeto de estudo (o sistema internacional), sob diferentes aspectos, onde o conhecimento será construído a partir de uma base ampla e sustentada por diversas visões. Logo, a interpretação e o estudo são amparados em uma análise completa do problema em questão, não focado exclusivamente em um único viés. Outro aspecto positivo da área refere-se à sua constante evolução, baseado em um triplo dinamismo: a) a modernização dos componentes curriculares que a formam; b) a constante reavaliação disciplinar dentro do campo das Relações Internacionais; e c) o debate e a mudança como naturais e impulsionados pela própria evolução constante do objeto de estudo. Essa configuração se reflete na composição do corpo docente, que possibilita uma variedade interessante dos caminhos de pesquisa.

Além disso, o curso de Relações Internacionais se encaixa na ideia de sustentação de um futuro Centro de Excelência em Gestão. Por ser uma região de fronteira, que guarda historicamente boas relações com outro país, gestores a serem desenvolvidos para atuar em regiões com estas características, precisarão contar com a compreensão das especificidades que estas relações guardam. O curso então não é pensado de forma isolada, mas como um elemento que ajudará a dar suporte inclusive para o aprimoramento da proposta dos cursos em funcionamento no Campus. Se tomada uma ou outra vertente para sua justificativa, pode-se observar a carência de alternativas que possam mudar a situação de estagnação econômica na qual a região se encontra. Esta busca por novas ações de desenvolvimento regional passa pela identificação de novas possibilidades, as quais talvez não passem pelos agronegócios locais ou, quem sabe, os usem dentro de novas concepções, não aquelas calcadas em comércio de matérias-primas ou produtos de baixo valor agregado.

O estabelecimento de um curso de Relações Internacionais no Campus incrementou a compreensão das potencialidades que a região fronteiriça pode ter para desenvolver-se dentro de outros padrões, que não aqueles historicamente tentados. Regiões de fronteira podem encontrar alternativas de desenvolvimento que contemplem visões de mercado globalizado diferentes daquelas que afetam o regional em outros pontos do país. Pode-se pensar que as soluções ganha-ganha, buscadas dentro dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou das redes de empresas estabelecidas ou necessárias, precisem superar os limites territoriais do país, criando novas configurações, pois a cultura, a geografia e o clima, além de expertises específicas, não respeitam os limites territoriais impostos pela geopolítica. Assim, um curso

com este perfil tende a influenciar a ampliação das discussões relativas não só ao desenvolvimento da própria Livramento, olhando-se para aspectos internacionais, como também a buscar estratégias competitivas que superem a fronteira, ou melhor que a usem como vantagem.

Neste contexto é relevante considerar-se alguns aspectos ligados ao MERCOSUL e às relações do Brasil com seus pares na América do Sul e a própria reestruturação legislativa e de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Por um lado, uma das principais contribuições do Uruguai com o desenvolvimento da região fronteira está relacionada a possibilidade de exportação de parte de suas mercadorias produzidas no norte do país, via transportes ferroviários até o Porto do Rio Grande/RS, havendo também espaço para que produtos nacionais entrem naquele país pelas mesmas vias. Neste sentido, o Consulado Geral do Brasil em Rivera e a Embaixada do Brasil em Montevidéu, juntamente com o Campus de Livramento, têm buscado recursos para viabilizar a pesquisa de demanda que indicará a potencialidade de tal iniciativa para o desenvolvimento local.

Por outro lado, dentro da formação do MERCOSUL, existem manifestações do Uruguai junto aos países-membro, conclamando estes a uma maior integração. Visando isto, a Embaixada do Brasil em Montevidéu tem realizado eventos de caráter acadêmico-empresarial, com os quais objetiva identificar soluções de problemas e o desenvolvimento de iniciativas visando o fortalecimento do processo de coesão intra-bloco. O Campus de Livramento têm participado destes eventos. Considerando-se ainda os movimentos da política internacional contemporânea, o Governo Brasileiro tem empreendido esforços para fortalecimento das relações continentais. Suas recentes iniciativas foram lançar em Montevidéu um escritório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outro do Banco do Brasil. O objetivo destas iniciativas é, de um lado, facilitar a oferta de linhas de financiamentos naquele país e, de outro, viabilizar a apreciação de projetos que possam ser financiados por aquelas instituições financeiras junto aos países-membros do MERCOSUL.

Este contexto internacional faz perceber que o Campus de Sant'Ana Livramento<sup>5</sup> não só está localizado estrategicamente no Mercado Comum do Sul, como também vem construindo ações que fortaleçam as relações internacionais possíveis, principalmente com o país vizinho. Estas ações convergem para sustentar a proposta de um curso de Relações Internacionais, estruturado no Campus, pois este tende a contribuir com as ações que já estão

---

<sup>5</sup> Sant'Ana do Livramento possui o título de “cidade símbolo da integração no MERCOSUL”, conforme Lei nº. Lei nº 12.095, de 19 de novembro de 2009.

sendo desenvolvidas no âmbito local, e no âmbito do próprio Governo Federal, bem como tende a fazer emergir novas ações que podem contribuir para o desenvolvimento regional. Estes são os principais motivos que levam a pensar que a oferta deste curso no Campus de Livramento tende a contribuir significativamente não só com a expansão do Campus e da UNIPAMPA, mas também a qualificar suas atividades dentro de aspectos relevantes para o desenvolvimento regional.

Logo, os aspectos fronteiriços (geográficos, sócio-culturais, históricos, políticos e econômicos, além dos de integração) que permeiam profundamente as regiões gaúchas da Campanha e Fronteira Oeste servem de justificativa basilar ao demandar profissionais para compreenderem essa realidade tão específica e rica, além de passarem a pensar mais amplamente o desenvolvimento da região e principalmente as relações com os vizinhos Uruguai e Argentina (mas não apenas). O Bacharelado em Relações Internacionais permite a formação de profissionais que transformarão, no médio e longo prazo, as potencialidades da região numa realidade concreta, baseada nas noções de desenvolvimento regional correlacionadas às complexas relações externas aqui presentes, no âmbito da União, do estado do Rio Grande do Sul, dos municípios envolvidos, da sociedade civil, dos países vizinhos e de outros atores internacionais que evidenciam a localização estratégica da “Fronteira da Paz”, como demais membros do MERCOSUL, China ou ainda países árabes. Comércio externo, tributação, diplomacia, direito internacional público e privado, pesquisa, academia, segurança pública são algumas das áreas que serão beneficiadas com a atuação desses profissionais.

#### 1.4 LEGISLAÇÃO

Por se tratar de uma área curricular recente no Brasil (a primeira graduação iniciou no ano de 1974, na Universidade de Brasília), a graduação em Relações Internacionais ainda não possui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que regulamentam os conteúdos mínimos a serem ofertados. No entanto, em face de crescente demanda por profissionais da área na primeira década dos anos 2000 e, por consequência, de novos cursos de graduação, o Ministério de Educação divulgou, no ano de 2009, um documento intitulado “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais”. Elaborado por renomados profissionais da área no Brasil, esse trabalho lista os principais requisitos dos cursos de graduação, como o perfil da coordenação e do corpo do docente, a carga horária mínima, a estrutura do Projeto Pedagógico do Curso (e as cargas horárias dos componentes curriculares)

e as instalações mínimas da Universidade.

Esse documento é a base regulamentar do presente Projeto Pedagógico de Curso, conjugado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº. 9394/1996), à Resolução CNE/CES Nº. 2, de 18 de junho de 2007 (sobre carga horária mínima e duração dos cursos de bacharelados), à Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (referente aos estágios para estudantes) e aos regulamentos internos da Universidade Federal do Pampa, tais como o Projeto Institucional (2009), o Regimento Interno e as Normas Acadêmicas da Universidade (especialmente a Resolução Nº 29, de 28/04/2011).

## 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

A qualificação de Bacharel em Relações Internacionais é uma formação superior, estabelecida como tal desde os anos cinquenta do século XX nas principais universidades norte-americanas e europeias. Sua consolidação está ligada ao surgimento da área de estudos sobre Relações Internacionais, especificamente no período Entre-guerras, como consequência do embate entre o pensamento Realista e Idealista na cena acadêmica de então.

Na Europa (especialmente Inglaterra) e nos Estados Unidos, o profissional de Relações Internacionais passou a ser formado com o fim de realizar análises sobre a complexa realidade internacional – característica da Guerra Fria a partir das décadas de 1950 e 1960 –, bem como formular e implementar políticas e estratégias de um número crescente de segmentos públicos e privados. Tratava-se de preparar profissionais que viessem a auxiliar os agentes do Estado na formulação e implementação das políticas externas e que pudessem exercer as funções diplomáticas e mesmo assumir o papel, fundamental nas sociedades democráticas, de crítico e interlocutor do poder público na sua atuação internacional.

No Brasil, a formação superior em Relações Internacionais existe desde 1974, quando a Universidade de Brasília criou o primeiro curso de graduação e em seguida, a pós-graduação. Contudo, foi somente na década de 1990 e especialmente na primeira década dos anos 2000 (como consequência de todas as mudanças que o período pós-Guerra Fria trouxe ao sistema internacional e ao Brasil) que a área conheceu uma grande expansão, em todas as regiões e na maioria das Universidades do país.

Se do pós-Segunda Guerra até o final da década de 1980, escolas e cursos de Relações Internacionais desenvolviam atividades de ensino e de pesquisa, conforme a lógica da bipolaridade do sistema internacional, atualmente este enfoque foi parcialmente substituído pelo entendimento de uma ordem mundial modificada, beirando a multipolaridade e interdependência, onde a percepção de relações horizontais e diagonais (cooperação sul-sul e

sul-leste) passaram a permear as ações dos Estados, em complemento às relações verticais históricas (cooperação sul-norte).

Desde o final da Guerra Fria, as transformações ocorridas no sistema internacional alteraram a percepção das realidades internas e externas: em decorrência da nova onda de globalização, da gradual democratização das relações internacionais, da nova etapa da liberalização econômica, da livre circulação de pessoas, ideias, informações, mercadorias e serviços, testemunha-se, por um lado, a crescente relativização do poder do Estado (porém continuando este a ser o ator do sistema internacional prevalecente), e por outro, o aparecimento de organismos internacionais e de novos atores não-estatais na política e na economia internacionais. Logo, a demanda por profissionais da área tem aumentado significativamente na última década, especialmente num momento em que o Brasil remodela sua forma de inserção internacional, baseando-se em ações pró-ativas no eixo Sul-Sul, pautando o desenvolvimento como vetor.

A ideia de ser criado o Curso Bacharelado em Relações Internacionais em Sant'Ana do Livramento surgiu, como já mencionado, em uma reunião com a Reitoria da Universidade em 27 de agosto de 2008, quando participaram professores, técnicos administrativos e representação discente. Incentivado a pensar a expansão do Campus com bacharelados e tecnólogos, o grupo foi lembrado da necessidade de buscar cursos que pudessem fornecer formação generalista, focando as humanidades, capazes de criar massa crítica e que se pensassem possibilidades que pudessem provocar interferência no desenvolvimento regional.

Partindo desses pressupostos, tem-se a seguinte estrutura do Curso:

- a) Denominação: Relações Internacionais
- b) Modalidade: Bacharelado
- c) Titulação Conferida: Bacharel em Relações Internacionais
- d) Duração do Curso: 8 semestres
- e) Carga horária total: 2490 horas
- f) Turno: Integral
- g) Número de vagas oferecidas: 50 vagas/ano
- h) Regime Acadêmico: semestral
- i) Tempo mínimo de integralização do curso: 8 semestres
- j) Tempo máximo de integralização do curso: 12 semestres
- k) Coordenador do Curso: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Kamilla Raquel Rizzi

l) Tempo de exercício na IES e na função de coordenador do curso: 16 meses de exercício na instituição e 08 meses na função de coordenadora do curso

m) Atos legais de autorização: Ata da 10ª Reunião do Conselho Dirigente da Universidade Federal do Pampa, datada de 30 de outubro de 2008.

### **2.1.1 Perfil do Curso**

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais visa preparar profissionais com uma sólida formação teórica, científica, metodológica, ética e prática de maneira a orientá-los para o conhecimento e a compreensão crítica do cenário internacional e dos fenômenos que incidem neste contexto. A recente estruturação desta área do conhecimento no Brasil indica a necessidade de profissionais cujas habilidades estejam voltadas para as novas dimensões da vida social abertas pela crescente internacionalização e a capacidade de articulação entre o local e o global.

A complexidade e a dinâmica do estudo das Relações Internacionais requerem um profissional de formação múltipla que domine o instrumental teórico para processar os fenômenos e os agentes do cenário internacional de forma adequada às necessidades dos desafios contemporâneos e do mercado de trabalho. Assim, a formação deve buscar um profissional em sintonia com as constantes mudanças internacionais, da mesma forma, com conhecimento das diversas culturas e ampla visão de mundo.

### **2.1.2 Objetivos**

#### *2.1.2.1 Objetivo geral*

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais irá preparar profissionais com formação humanística, técnica e científica, compatível com a realidade global em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, com capacidade para, em contínuo desenvolvimento profissional, analisar conjunturas internas e externas, cenários e mercados, tomar decisões com competência e atuar interdisciplinarmente na área, visando a satisfação e bem estar humano, dentro dos princípios de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

#### *2.1.2.2 Objetivos Específicos*

O curso tem como objetivos específicos preparar um acadêmico apto a:

a) constituir um senso crítico a partir do instrumental necessário para a análise das

Relações Internacionais;

- b) elaborar cenários a partir da análise da conjuntura internacional;
- c) possuir capacidade técnica para estabelecer contatos entre Câmaras de Comércio, Embaixadas, Associações, Organismos Internacionais, Empresas e órgãos governamentais;
- d) analisar e tecer considerações acerca dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e jurídicos em países e/ou regiões;
- e) produzir análises técnicas acerca de crises econômicas e/ou conflitos bélicos na comunidade internacional;
- f) produzir estratégias de ação visando à cooperação e integração no contexto regional e internacional;
- g) identificar os objetivos, métodos de operação, padrões e regras de procedimento das Organizações Internacionais (governamentais e não governamentais);
- h) analisar instrumentos jurídicos que congreguem atores envolvidos em questões do Direito Público e/ou Privado;
- i) compreender e propor intervenções nas inter-relações entre Estados, instituições, organizações e associações transnacionais;
- j) utilizar sua capacitação teórica no desenvolvimento de projetos voltados para a área de ensino e pesquisa em Relações Internacionais.

### **2.1.3. Perfil do Egresso do Curso de Relações Internacionais**

O perfil do egresso da UNIPAMPA tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2009, pág. 09).

Em consonância com esses elementos da Universidade, o Bacharelado em Relações Internacionais objetiva formar profissionais conectados com as transformações e demandas do mundo atual de maneira que estejam aptos a interagir mediante essas mudanças, articulando-se na arena doméstica e no cenário internacional. O bacharel em Relações Internacionais é o profissional apto a entender e agir em vista dos fenômenos interestatais, internacionais e interculturais, jamais perdendo o cenário local de vista, acompanhando as tendências e

transformações de forma crítica e analítica, conforme as competências e habilidades adquiridas por meio de sua formação multidisciplinar, sempre de maneira propositiva.

Esse profissional deverá ser capaz de interpretar esses fenômenos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e/ou culturais, e analisar as suas possíveis consequências para os mais diversos interesses, sejam de governos, empresas públicas ou empresas privadas voltadas para a inserção internacional e organizações da sociedade civil. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso integra as diversas áreas de conhecimento no intuito de formar um profissional de Relações Internacionais orientado não só para o mercado de trabalho, mas para a construção de uma efetiva cidadania. Busca-se, também, proporcionar aos nossos estudantes uma sólida formação básica em sua área específica de atuação, de modo que possam atuar destacadamente em seu campo profissional. Com isto, evita-se uma opção unívoca por um dos polos da dicotomia especialista/generalista. Tendo em vista que a especialização e a formação de caráter geral devam caminhar conjuntamente, de modo a se complementarem. Uma vez que o curso de Relações Internacionais tem o caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que adquire uma formação que contempla as necessidades específicas da carreira particular, o estudante capacita-se a entender a realidade a partir de perspectivas mais amplas, conjugadas à complexidade da vida social.

#### *2.1.3.1. Desenvolvimento de competências*

As competências do egresso do curso de Relações Internacionais estão contempladas nos objetivos da UNIPAMPA, os quais visam formar um acadêmico que respeite à diversidade, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como princípios de valores; que possuam autonomia intelectual, postura crítico-reflexiva e transformadora da realidade em que estiver inserido, bem como a nível regional, nacional e internacional. Um acadêmico humanista, consciente das exigências éticas e da relevância pública e social. Desse modo, o curso de Relações Internacionais pretende formar um profissional que possa atuar como pesquisador, conselheiro, assessor, consultor ou executor nas mais diversas instituições, públicas ou privadas.

## 2.2. DADOS DO CURSO

### **2.2.1. Administração acadêmica**

- a) Coordenador Acadêmico: Luiz Edgar Araújo Lima
- b) Coordenadora do Curso: Kamilla Raquel Rizzi

- c) Coordenador Substituto do Curso: Rafael Balardin
- d) Técnico Administrativo-acadêmico do Curso: Cléia Bottino
- e) Bibliotecário: William De Oliveira Dalosto
- f) Comissão de Curso: Todos os docentes que atuam no Curso, um representante dos discentes e um representante dos técnicos administrativos em educação.
- g) Núcleo Docente Estruturante: composto por oito (08) docentes diretamente envolvidos com questões de ordem estrutural do curso, com rotatividade anual.
- h) Coordenador de Estágios do curso: Rafael Schmidt
- i) NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional (Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo).
- j) Endereço de funcionamento do curso:  
 Universidade Federal do Pampa – Campus Sant’Ana do Livramento  
 Rua Barão do Triunfo, nº 1048 – Centro  
 CEP 97573-590 – Sant’Ana do Livramento/RS  
 Telefone: 55 3243 4540

O Curso de Relações Internacionais está estruturado a partir de uma coordenação, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e a assessoria do NuDE, sendo esse o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia e áreas afins.

Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas apresentadas pelos docentes e discentes, bem como pela proposição de projetos de intervenções específicas, na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino -aprendizagem na instituição e também na implementação de Projetos Institucionais de natureza pedagógica. O trabalho é desenvolvido pelos Técnicos em Assuntos Educacionais - TAEs, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros profissionais.

A Comissão de curso tem a finalidade de operacionalizar questões relativas à vida diária do curso, implementação do Projeto Pedagógico do curso, bem como ações para a melhoria da qualidade de desempenho do curso e de seus alunos, entre outras competências. Essa Comissão é presidida pelo Coordenador de Curso eleito para um mandato de dois (02) anos, podendo ser substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto. Atualmente, a coordenação do curso está a cargo dos professores Dr<sup>a</sup>. Kamilla Raquel Rizzi e Msc. Rafael Balardin, como segue:

Tabela 1 – Coordenação do curso

| COORDENAÇÃO DO CURSO |  |  |
|----------------------|--|--|
| Formação             | Kamilla Raquel Rizzi   | Rafael Balardin  |
| Cargo                | Coordenadora   | Coordenador substituto                                       |
| Graduação            | História<br>(UFRGS, 2003)                                      | História<br>(UFRGS, 2003)                                    |
| Mestrado             | Relações Internacionais<br>(UFRGS, 2005)                       | Relações Internacionais<br>(UFRGS, 2005)                     |
| Doutorado            | Ciência Política<br>(UFRGS, 2012)                              | Estudos Estratégicos Internacionais<br>(UFRGS, em andamento) |
| Linha de pesquisa    | Política externa brasileira, Relações Internacionais da África | Relações Internacionais da América Latina, MERCOSUL, Cuba    |

A Comissão de Curso é composta por todos os docentes que estão em atividade no Curso, um representante dos discentes (eleito por mandato de dois anos) e um representante dos Técnicos Administrativos em Educação. Atualmente fazem parte da comissão do curso de Relações Internacionais os professores: Dr<sup>a</sup>. Kamilla Raquel Rizzi, Dr<sup>a</sup>. Anna Carletti, Dr. Avelar Fortunato, Dr<sup>a</sup>. Daniela V. N. Benetti, Dr<sup>a</sup>. Fábio Régio Bento, Msc. Flávio Lira Nascimento, Msc. Hector Cury Soares, Msc. Kalinca Becker, Msc. Rafael Balardin, Msc. Rafael Schmidt, Msc. Renato José da Costa, Msc. Gleicy, Dr. Victor Hugo Burgadt, Msc. Rodrigo Benetti, Msc. Carolina Freddo Fleck, Dr<sup>a</sup>. Ana Monteiro e Msc. Nícia Araújo. Quanto à participação do corpo docente na administração acadêmica do Curso, ela se procede por meio da realização de uma reunião mensal, com todos os docentes, na participação quando das reuniões gerais (acadêmicas ou gerais), ocasiões onde são discutidos o planejamento das atividades e as iniciativas a serem implementadas no período acadêmico em questão.

Complementar à Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), designado pela Portaria da Reitoria N<sup>o</sup>. 1606, de 13 de outubro de 2011, possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne ordinariamente uma vez ao mês, para debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas o campo internacional, bem como resolver questões

pertinentes ao andamento acadêmico do curso, como seriação de alunos, matrículas, pré-requisitos, etc. O NDE atualmente está composto pelos seguintes professores, com a respectiva formação:

**Tabela 2 – Titulação dos membros do NDE**

| <b>DOCENTES</b>        | <b>TITULAÇÃO</b> | <b>%<br/>TOTAL</b> |
|------------------------|------------------|--------------------|
| Anna Carletti          | Doutor           | 62,5%              |
| Avelar Fortunato       | Doutor           |                    |
| Daniela V. N. Benetti  | Doutor           |                    |
| Fábio Régio Bento      | Doutor           |                    |
| Kamilla Raquel Rizzi   | Doutor           |                    |
| Flávio Lira Nascimento | Mestre           | 37,5%              |
| Rafael Balardin        | Mestre           |                    |
| Renato José da Costa   | Mestre           |                    |
| <b>TOTAL</b>           | <b>--</b>        | <b>100%</b>        |

### **2.2.2. Funcionamento**

A titulação conferida aos egressos do Curso de Relações Internacionais será Bacharel em Relações Internacionais, sendo o curso em regime semestral, com a oferta de 50 vagas por ano, em turno integral, com o regime de no máximo 32 horas semanais e no mínimo de 8 horas semanais. A realização da Semana Acadêmica do Curso de Relações Internacionais ocorre uma vez no ano, constando no Calendário Acadêmico do Campus.

O curso deverá integralizar 2.490 horas, distribuídas no mínimo de oito (8) semestres. A carga horária está distribuída em 2.190 horas nos Componentes Curriculares obrigatórios e 180 horas nos Componentes Curriculares complementares de graduação (CCCGs ou eletivos, conforme Art. 50, inciso II, da Resolução N° 29/2011), além de 120 horas de Atividades Complementares (ACGs).

### **2.2.3 Formas de Ingresso**

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, todas previstas na Resolução N° 29/2011:

- Processo Seletivo UNIPAMPA (por meio do SISU-ENEM a partir de 2010), conforme a Resolução Nº 29/2011, ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Reopção: o Art. 7º da citada Resolução Nº 29 prevê que a Reopção é a forma de mobilidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou turno de oferecimento de curso de graduação dessa Universidade. Assim, a mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes e o prazo máximo para integralização curricular é computado a partir do semestre do ingresso por Reopção.
- Ingresso via processo seletivo complementar: É previsto pelo Art. 8º da referida Resolução Nº 29/2011, que, em virtude da disponibilidade de vagas, o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. Esse Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma e o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso. O número de vagas é disponibilizado, mediante edital semestral, no momento da abertura do processo e cabe à Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica determinar o número de vagas disponíveis para cada curso, por meio de consulta à Coordenação Acadêmica do Campus. Para o ingresso no Processo Seletivo Complementar é considerada a seguinte prioridade: I. Reingresso; II. Transferência Voluntária; III. Portador de Diploma.
- Transferência compulsória (Transferência ex-officio): é a forma de ingresso

concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei. É permitida a transferência de discentes regulares entre instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, de acordo com os seguintes requisitos, previstos em lei: a) requerimento do interessado; b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção ex-officio do servidor público civil ou militar; c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado ex-officio; d) comprovação de ter ingressado em Instituição de Ensino Superior via processo seletivo; e) comprovação de estar vinculado à outra Instituição de Ensino Superior; f) histórico escolar original; g) comprovante de residência (anterior e atual); h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático). A Resolução Nº 29 em seu Art. 13 prevê que a solicitação de Transferência Compulsória é recebida pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica e analisada pela Consultoria Jurídica e, se caracterizada, o Coordenador do Curso respectivo procede à análise curricular para o aproveitamento de componentes curriculares.

- Regime Especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da Instituição e a solicitação de matrícula é semestral, conforme período estipulado no Calendário Acadêmico. Em caso de deferimento, os registros acadêmicos do estudante não podem ultrapassar 4 (quatro) semestres letivos, e o discente pode cursar no máximo 8 (oito) componentes curriculares, respeitado o limite de 2 (dois) por semestre letivo. Ao final de cada semestre letivo pode ser emitido para cada componente curricular cursado atestado de aproveitamento fornecido pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica.

- Programa Estudante-Convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O candidato é

selecionado no seu país de origem e encaminhado pela SESu/MEC para realizar seus estudos universitários. Essa matrícula deve obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo.

- Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional (Programa de intercâmbio): O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições. Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos: I. existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior; II. ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso; III. possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre; IV. ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de Curso de origem; V. ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas. O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA. O Art. 28 da Resolução Nº 29/2011 prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora. \_
- Mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros Campus. O plano de atividades que prevê os componentes curriculares de interesse do discente deve ser aprovado semestralmente pelo Coordenador de Curso de origem e de destino. A Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional fica condicionada à existência de vagas no curso de graduação de destino.
- Matrícula institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal Nº 89.758/84 e Portaria Nº 121/84. As Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, ficam autorizadas a conceder matrícula de cortesia, em cursos de graduação, independentemente da existência de vaga. O Discente Cortesia é dispensado do Processo Seletivo. Pode solicitar Matrícula Institucional de Cortesia: I. Funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais; II. Funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais; III. Técnico estrangeiro que preste serviço em

território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. A Matrícula Institucional de Cortesia somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente pode ser concedida Matrícula Institucional de Cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de 12 (doze) meses em território nacional. O Art. 35 da Resolução N° 29/2001 ressalta que a UNIPAMPA somente efetiva a Matrícula de Cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da Matrícula de Cortesia fica subordinado às normas que regem o ensino de graduação da UNIPAMPA (Art. 36). No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno pode manter sua Matrícula Institucional de Cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou oficial pelo temporário correspondente. Ao discente cortesia é facultado o direito de solicitar aproveitamento de

- Políticas de ações afirmativas: no atual Processo Seletivo, 49,57% das vagas são oferecidas pelo sistema de cotas: são 1.351 vagas oferecidas no regime de políticas afirmativas ao lado das 1.374 vagas de ampla concorrência (essas vagas estão distribuídas nos 53 cursos que a Universidade oferece em seus dez *campi*). As vagas reservadas aos cotistas estão divididas da seguinte forma: 106 destinam-se aos indígenas que cursaram todo o ensino médio em escola pública, 271 aos autodeclarados negros (afrodescendentes) que estudaram todo o ensino médio em educandários públicos, 158 aos candidatos com deficiência e 816 para candidatos que cursaram o ensino médio inteiramente na rede pública. Existe também o Processo Seletivo Específico para ingresso de candidatos de nacionalidade uruguaia que vivem na região de fronteira – fronteiriços, conforme Decreto n° 5.105, de 14 de junho de 2004, e que tenham concluído o Curso Secundário até a data da solicitação de matrícula, nos Campi De Sant'Ana do Livramento e Jaguarão (são previstas 02 vagas anuais no Bacharelado em Relações Internacionais).

### 2.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Considerando a legislação, a proposta do curso foi estruturada dentro da distribuição apresentada abaixo:

Tabela 3 – Estrutura do currículo

| ESTRUTURA  | SIGLA | CARGA HORÁRIA | %<br>TOTAL  |
|--|-------|---------------|-------------|
| Componentes curriculares específicos de Relações Internacionais  | CCRI  | 780           | 31,4        |
| Componentes curriculares auxiliares e correlatos                 | CCAUX | 930           | 37,3        |
| Componentes curriculares voltados para a orientação profissional | CCOP  | 480           | 19,2        |
| Componentes curriculares complementares de Graduação             | CCCG  | 180           | 7,3         |
| Atividades Complementares de graduação                           | ACG   | 120           | 4,8         |
| <b>TOTAL</b>   |       | <b>2.490</b>  | <b>100%</b> |

### 2.3.1 Integralização Curricular

A estruturação curricular segue os Padrões de Qualidade, adotados pelo MEC, que definem da seguinte forma os componentes curriculares de Relações Internacionais, divididos em três categorias:

➤ **Componentes curriculares específicos de Relações Internacionais (CCRI):** são aqueles responsáveis pela (a) introdução das noções fundamentais para o estudo das Relações Internacionais, pelo (b) ensino das principais correntes teóricas no estudo da área, pela (c) aplicação à análise da política internacional, pela (d) história e análise da política externa brasileira, pela (e) história das Relações Internacionais e pela (f) análise das instituições políticas e econômicas internacionais, ou ainda, segundo os Padrões de Qualidade, aquelas que “caracterizam o curso como Relações Internacionais uma vez que é através delas que os conceitos e as categorias empregadas nesse campo de estudo são ministrados” (2009, pág. 02).

➤ **Componentes curriculares auxiliares e correlatos (CCAUX):** aqueles que tratam “de matérias de formação básica e das áreas no âmbito das quais os fenômenos internacionais se manifestam” (IDEM, 2009, pág. 02).

➤ **Componentes curriculares voltados para a orientação profissional (CCOP):** são aqueles que “... abordam diversos temas específicos de relevância para as Relações Internacionais (IBIDEM, 2009, pág. 03).

Assim, o curso está da seguinte forma composto:

Tabela 4 – Especificação da estrutura do currículo

| ESTRUTURA DO CURRÍCULO   | Semestre Letivo | CH | Créd. |
|--|-----------------|----|-------|
| Componentes curriculares específicos de Relações Internacionais (CCRI) |                 |    |       |

|  |                        |           |              |
|--|------------------------|-----------|--------------|
| Introdução ao Estudo das Relações Internacionais                               | 1                      | 60        | 4            |
| Geografia Política   | 2                      | 60        | 4            |
| História das Relações Internacionais I   | 2                      | 60        | 4            |
| História das Relações Internacionais II  | 3                      | 60        | 4            |
| Teoria das Relações Internacionais I   | 3                      | 60        | 4            |
| Teoria das Relações Internacionais II  | 4                      | 60        | 4            |
| Política Externa Brasileira I  | 4                      | 60        | 4            |
| Política Externa Brasileira II   | 5                      | 60        | 4            |
| Relações Internacionais da América Latina                                      | 5                      | 60        | 4            |
| Economia Internacional I   | 5                      | 60        | 4            |
| Relações Internacionais da Ásia e África                                       | 6                      | 60        | 4            |
| Segurança Internacional  | 6                      | 30        | 2            |
| Economia Internacional II  | 6                      | 60        | 4            |
| Relações Internacionais do Oriente Médio                                       | 7                      | 30        | 2            |
| <b>Componentes curriculares auxiliares e correlatos (CCAUX)</b>                | <b>Semestre Letivo</b> | <b>CH</b> | <b>Créd.</b> |
| Fundamentos de Ciência Política  | 1                      | 60        | 4            |
| História Econômica, Política e Social Geral                                    | 1                      | 60        | 4            |
| Fundamentos de Economia  | 1                      | 60        | 4            |
| Fundamentos de Sociologia  | 1                      | 60        | 4            |
| Introdução ao Direito  | 2                      | 60        | 4            |
| Teoria Política Clássica   | 2                      | 60        | 4            |
| Teoria Econômica   | 2                      | 60        | 4            |
| Direito Internacional Público  | 3                      | 60        | 4            |
| Teoria Política Moderna e Contemporânea  | 3                      | 60        | 4            |
| Metodologia Científica   | 3                      | 30        | 2            |
| Formação Econômica do Brasil   | 3                      | 60        | 4            |
| Inglês Instrumental I  | 3                      | 30        | 2            |
| Economia Brasileira Contemporânea  | 4                      | 60        | 4            |
| Estatística  | 5                      | 60        | 4            |
| Espanhol Instrumental I  | 4                      | 30        | 2            |
| Direito Internacional Privado  | 5                      | 30        | 2            |
| História das Grandes Religiões   | 7                      | 30        | 2            |
| Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil                                 | 8                      | 60        | 4            |
| <b>Componentes curriculares voltados para a orientação profissional (CCOP)</b> | <b>Semestre Letivo</b> | <b>CH</b> | <b>Créd.</b> |
| Direito Comunitário e da Integração  | 6                      | 30        | 2            |
| Contabilidade Internacional  | 5                      | 30        | 2            |
| Práticas de comércio exterior e legislação aduaneira                           | 7                      | 60        | 4            |
| Organismos Internacionais  | 4                      | 60        | 4            |
| Sistema Financeiro Internacional   | 7                      | 60        | 4            |

|                        |   |    |   |
|------------------------|---|----|---|
| Direito Fronteiriço    | 7 | 30 | 2 |
| TCC I                  | 7 | 60 | 4 |
| TCC II                 | 8 | 60 | 4 |
| Estágio Supervisionado | 8 | 90 | 6 |

A integralização do currículo também se dará por meio dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs). O objetivo é permitir a formação ampla, abrangente e plural dos acadêmicos de Relações Internacionais. Tais CCCGs tratarão das mais variadas temáticas nacionais e internacionais, de acordo com a disponibilidade e área de pesquisa do corpo docente. Dessa forma, podem ser oferecidos Componentes Curriculares Complementares que contemplem conteúdos mais específicos, temáticos e atuais que não necessariamente estejam previstos na matriz curricular. Além disso, o estudante poderá cursar esses componentes curriculares em outro curso ou Campus sendo aproveitadas como CCCG caso tenha relação com o Curso ou como ACG caso não tenha.

Os CCCGs não serão ofertados permanentemente e sua a quantidade poderá variar a cada semestre. Contudo, será oferecido para o acadêmico sempre o mínimo de 120 horas (ao decorrer do curso) necessárias para integralização curricular. Esta estrutura numerosa permite ao acadêmico direcionar seus estudos para a área de seu interesse, complementado conteúdos curriculares e aprofundando a pesquisa.

**Tabela 5 – CCCGs atualmente ofertados, por demanda**

| <b>Componentes Curriculares Complementares de Graduação</b> | <b>Créditos</b> | <b>Carga Horária</b> |
|---|-----------------|----------------------|
| Agronegócios  | 4               | 60                   |
| Agronegócios Internacionais                                 | 4               | 60                   |
| Análise ambiental   | 2               | 30                   |
| Análise e Resolução de Controvérsias Internacionais         | 2               | 30                   |
| Blocos econômicos   | 4               | 60                   |
| Comércio exterior   | 2               | 30                   |
| Competitividade   | 4               | 60                   |
| Conflitos Internacionais e Direito Humanitário              | 4               | 60                   |
| Contabilidade social  | 4               | 60                   |
| Contratos Internacionais                                    | 2               | 30                   |
| Corporações Multinacionais                                  | 2               | 30                   |
| Desenvolvimento em Regiões de Fronteira                     | 4               | 60                   |
| Direito Ambiental Internacional                             | 4               | 60                   |
| Direito Humanitário Internacional                           | 4               | 60                   |
| Direito internacional e desenvolvimento                     | 4               | 60                   |
| Direitos Humanos  | 2               | 30                   |
| Economia do setor público                                   | 4               | 60                   |

|  |   |    |
|--|---|----|
| Economia rural   | 4 | 60 |
| Espanhol Instrumental II                                   | 2 | 30 |
| Estado e sociedade na América Latina                       | 4 | 60 |
| Filosofia e ética profissional                             | 2 | 30 |
| Fundamentos de marketing                                   | 4 | 60 |
| Geografia econômica  | 4 | 60 |
| História da África no Brasil                               | 4 | 60 |
| História da Ásia Oriental                                  | 4 | 60 |
| História do pensamento econômico I                         | 4 | 60 |
| Inglês Instrumental II                                     | 2 | 30 |
| Integração e Blocos Econômicos Internacionais              | 2 | 30 |
| Internacionalização de Empresa                             | 2 | 30 |
| Italiano Instrumental I                                    | 2 | 30 |
| Italiano Instrumental II                                   | 2 | 30 |
| Laboratório I: análise de política internacional           | 2 | 30 |
| Laboratório II: análise de comércio internacional          | 2 | 30 |
| Leitura e Produção Textual                                 | 2 | 30 |
| Libras   | 4 | 60 |
| Língua Portuguesa  | 4 | 60 |
| Logística Humanitária                                      | 2 | 30 |
| Marketing internacional                                    | 2 | 30 |
| Meio ambiente e Relações Internacionais                    | 2 | 30 |
| Metodologia de Pesquisa                                    | 2 | 30 |
| Métodos Quanti e Qualitativos                              | 2 | 30 |
| Narcotráfico e Relações Internacionais                     | 2 | 30 |
| Negociações Internacionais                                 | 2 | 30 |
| Planejamento e desenvolvimento local                       | 2 | 30 |
| Psicologia das organizações                                | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais da África I           | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais da África II          | 2 | 30 |
| Seminário de Relações Internacionais da América Latina I   | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais da América Latina II  | 2 | 30 |
| Seminário de Relações Internacionais da Ásia I             | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais da Ásia II            | 2 | 30 |
| Seminário de Relações Internacionais da Europa I           | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais da Europa II          | 2 | 30 |
| Seminário de Relações Internacionais do Pós-Guerra Fria I  | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais do Pós-Guerra Fria II | 2 | 30 |
| Seminário de Relações Internacionais dos EUA               | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais I                     | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais II                    | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais III                   | 4 | 60 |
| Seminário de Relações Internacionais IV                    | 4 | 60 |
| Sociedade e cultura no Brasil                              | 4 | 60 |
| Teoria dos jogos   | 2 | 30 |
| Teorias do desenvolvimento e pensamento latino-americano   | 4 | 60 |
| Terrorismo e Relações Internacionais                       | 2 | 30 |

|  |   |    |
|--|---|----|
| Tópicos em economia internacional                | 4 | 60 |
| Tópicos emergentes em Relações Internacionais I  | 4 | 60 |
| Tópicos emergentes em Relações Internacionais II | 4 | 60 |

Cabe destacar que em relação aos Componentes Curriculares referentes às relações étnico-raciais, além dos previstos CCCGs História da África no Brasil e Sociedade e cultura no Brasil, ambos de 60 horas-aula, também em outros componentes curriculares obrigatórios (como Relações Internacionais da Ásia e da África, Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira Contemporânea e Política Externa Brasileira I e II) são previstos conteúdos relacionados à essas questões.

#### *2.3.1.1. Atividades complementares de graduação:*

As Atividades Complementares de Graduação (ACG's) são componentes curriculares de caráter acadêmico, científico e cultural que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, quando o discente alargará seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas. Objetivam estimular a prática de estudos independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Os objetivos das ACG's são:

a) estimular à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares;

b) promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As ACG's obedecem aos seguintes princípios e diretrizes, conforme parecer CNE/CES Nº 0146/2002:

a) flexibilidade curricular dos cursos de graduação mediante adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso;

b) estímulo ao desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo do estudante e à criação cultural, mediante incentivo à permanente e contextualizada atualização profissional;

c) promoção à participação dos estudantes nas atividades de extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, incentivando-os a estabelecer com a comunidade uma relação de reciprocidade.

As Atividades Complementares serão validadas academicamente pela Comissão de Curso, mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social. Os tipos de atividades complementares que podem ser validadas na Comissão de Curso, conforme Resolução N° 29/2011:

1. **Ensino:** A monitoria é entendida como iniciação docente, acompanhada do professor titular da turma ou do componente curricular;

2. **Extensão:** A participação dos acadêmicos em projetos de extensão será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição;

3. **Pesquisa:** Participação em projetos de pesquisa será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição. Nesse item, insere-se a Iniciação científica, pois considera-se como tal a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa que estejam em desenvolvimento na Universidade, ligados à área de estudos do curso, sob a responsabilidade de um professor-pesquisador, que tenha o projeto aprovado pelos órgãos competentes na instituição;

4. **Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão:** Congressos, Simpósios, Módulos Temáticos (grupos de estudos), Palestras, Oficinas, Encontros, Cursos de Língua Estrangeira, Bancas (assistência a bancas: graduação e pós-graduação), estágios não obrigatórios.

**Tabela 6 – Horas das ACGs**

| <b>Atividade</b>                                      | <b>Horas</b>                      |
|---|-----------------------------------|
| Ensino  | Mínimo de 12 horas (10% do total) |
| Pesquisa  | Mínimo de 12 horas (10% do total) |
| Extensão  | Mínimo de 12 horas (10% do total) |
| Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão | Mínimo de 12 horas (10% do total) |

Cabe ressaltar que a ocasional produção intelectual (por meio de livros, artigos, resumos, apostilas, palestras, material de cunho artístico, obtenção de prêmios, registro de patentes, participação em eventos na condição de membro organizador e demais atividades desta natureza) pode ser inserida em qualquer uma das modalidades, dependente de sua

natureza. A orientação básica e normativa da Universidade indica que o aluno deverá possuir o mínimo de 10% do total de horas de ACGs em cada uma das seguintes atividades: ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais. A sequência para o registro das atividades é a seguinte:

- a) entrega dos documentos comprobatórios da realização das atividades na secretaria acadêmica, por meio do preenchimento de formulário específico para tal;
- b) avaliação das atividades pela Comissão de Curso;
- c) aprovação (ou não) das atividades pela Comissão de Curso;
- d) atividades aprovadas deverão ser encaminhadas na forma de documento para Coordenação Acadêmica visando o registro no histórico do aluno;
- e) atividades rejeitadas deverão ser indicadas pela Comissão de Curso ao aluno (incluindo motivo da rejeição).

O registro da carga horária se dará da seguinte forma: todas as atividades serão computadas pela sua carga horária registrada no documento que a comprova, considerando os seguintes valores atribuídos conforme demonstrado abaixo:

#### 2.3.1.1.1 Disposições gerais sobre as ACGs:

(a) atividades realizadas pelo discente que não estejam previstas especificamente poderão ser avaliadas e validadas como atividade complementar, caso a Comissão de Curso julgue a solicitação pertinente;

(b) o discente será orientado a realizar as Atividades Complementares ao longo do curso, a partir do 1º semestre, satisfazendo suas exigências, progressivamente, de modo a evitar o acúmulo da carga horária total para o final do curso;

(c) somente serão reconhecidas e validadas as atividades realizadas após o ingresso no curso.

(d) Atividades Complementares realizadas em outra instituição por estudantes que ingressaram através da modalidade extra-vestibular poderão ser validadas desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido.

(e) discentes afastados da Universidade por trancamento de matrícula ou abandono de curso, poderão ter contabilizadas as Atividades Complementares realizadas nesse intervalo. Casos omissos serão avaliados pela Comissão de Curso.

### *2.3.1.2. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II)*

Os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I, referente à elaboração do projeto de TCC) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) são regidas por normas próprias, discutidas e aprovadas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e da Comissão do Curso de Relações Internacionais (ver Anexo A).

### *2.3.1.3. Estágios*

O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O estágio curricular compõe a estrutura curricular do Curso de Relações Internacionais, sendo nesta denominada Estágio Supervisionado (SL0037). As normas basilares da atividade de estágio são estabelecidas, no âmbito federal, pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e são complementadas, no âmbito específico desta Universidade, pela Resolução Nº 20, de 26 de novembro de 2010, do Conselho Dirigente da Universidade Federal do Pampa.

De forma subsidiária às duas normativas acima citadas, o Núcleo Docente Estruturante e a Comissão do Curso de Relações Internacionais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 40 da referida Resolução Nº 20, adotaram normas complementares (ver Anexo B) para os estágios destinados a estudantes regularmente matriculados no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. O Estágio Supervisionado terá duração de 90 horas, as quais serão computadas para a integralização da carga horária total do curso. Cabe ainda ressaltar a figura do coordenador de estágios do cursos, docente esse responsável pelo trâmite burocrático junto à secretaria acadêmica (referente a convênios, assinaturas, supervisão e relatórios) e pelo contato com empresas e órgãos para agilizar as possibilidades de estágio para os discentes do curso, na cidade, região e estado. Atualmente, esse cargo é ocupado pelo professor Msc. Rafael Schmidt.

Os principais locais de estágio, inicialmente previstos, são: a) em Sant'Ana do Livramento, a Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal, o Consulado-Geral do Uruguai, a Câmara de Vereadores, o Porto Seco, empresas privadas (Vinícola Almadém, Vinícola Cordilheira de Santana, TNT-Mercúrio, entre outros) e órgãos governamentais (Inspetoria da Receita Federal e Delegacia da Política Federal); b) em Uruguaiana: Porto Seco local, empresas privadas e órgãos governamentais (Inspetoria da Receita Federal, De da Política Federal e representações diplomáticas); c) em Porto Alegre: Assessoria de Relações Internacionais e Cooperação do Governo do Estado do Rio Grande do

Sul (ACRI), Escritório Regional Sul do Ministério de Relações Exteriores (ERESUL), FIERGS e representações diplomáticas.

#### *2.3. 1.4. Plano de integralização da carga horária do curso*

A integralização curricular é feita pelo sistema de hora-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por período letivo (120h e 540h, respectivamente). Cada crédito significa 15 horas-aula. Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório dos créditos, aí incluída a elaboração e defesa do TCC, a realização do estágio obrigatório, as CCCGs e as ACGs.

#### **2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação**

A ação pedagógica do professor será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente deve ser o centro do processo educativo. Exigindo uma prática pedagógica inovadora, centrada na realidade: do aluno, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Na tentativa de buscar tal proposta, torna-se importante ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, superando a dicotomia entre a teoria e a prática, reconhecendo e buscando construir a interdisciplinaridade. Serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, como: aulas expositivo/dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigações científicas, resolução de problemas, projetos de trabalho, visitas técnicas. O peso e a periodicidade das avaliações serão definidos pelos professores, individualmente, conforme as necessidades de cada componente curricular ministrado estabelecendo critérios claros e objetivos de acordo com a avaliação a ser realizada.

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se

na avaliação como um processo contínuo, sendo assim, a aprovação nas atividades do curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos professores. Conforme as Normas Básicas da Graduação na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, em seu art. 59, parágrafo 6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota mínima final de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

Então, como citado, na UNIPAMPA, conforme redação do art. 61, das Normas Básicas da Graduação, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente. As atividades de recuperação são descritas nos respectivos Planos de Ensino, resguardado ao docente o direito e o dever de planejamento dessas atividades, como exemplo aulas de reposição, correção de avaliações em conjunto, questionários e exercícios complementares, além de leituras e realização de seminários adicionais sobre o conteúdo em questão.

Na perspectiva proposta a avaliação será realizada com as seguintes finalidades:

- Avaliação Diagnóstica: utilizada no início da aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos, identificando as causas de dificuldades na aprendizagem e conhecimento dos acadêmicos;
- Avaliação Formativa: empregada durante o processo de aprendizagem para promover desempenho mais eficiente, identificando o progresso do acadêmico quanto aos seus conhecimentos e habilidades, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino. Dessa forma a avaliação possibilita ao professor o planejamento de atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, evolução e aperfeiçoamento dos objetivos estabelecidos e oportuniza aos discentes a possibilidade de novas construções, recuperando conhecimentos antes não atingidos.
- Avaliação Somativa: tem por objetivo quantificar o desempenho apresentado pelos acadêmicos expressando-o de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição.

Ainda, como metodologias de ensino, são propostos pelos docentes do curso seminários com leituras prévias de textos, debates, aulas expositivas dialogadas e atividades de ensino em ambiente virtual de aprendizagem (por meio do uso da Plataforma Moodle). Essas metodologias, em contínuo processo de evolução e avaliação, complementam a

formação do discente, pois instigam-no a uma análise crítica dos conteúdos e da realidade. Nesse sentido, o curso entende que a avaliação do discente deve ser processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

### 2.3.3. Matriz curricular e estrutura do currículo

#### 1º Semestre

| Código  | Componente curricular                            | Créditos  | Carga Horária | Pré-Requisito | Estrutura do currículo |
|---------|--|-----------|---------------|---------------|------------------------|
| SL0001  | Introdução ao Estudo das Relações Internacionais | 4         | 60            | --            | CCRI                   |
| SLAD101 | Fundamentos de Ciência Política                  | 4         | 60            | --            | CCAUX                  |
| SL0002  | História Econômica, Política e Social Geral      | 4         | 60            | --            | CCAUX                  |
| SLAD102 | Fundamentos de Economia                          | 4         | 60            | --            | CCAUX                  |
| SLAD105 | Fundamentos de Sociologia                        | 4         | 60            | --            | CCAUX                  |
|         | <b>Total</b>                                     | <b>20</b> | <b>300</b>    |               |                        |

#### 2º Semestre

| Código | Componente curricular                  | Créditos  | Carga Horária | Pré-Requisito   | Estrutura do currículo |
|--------|--|-----------|---------------|---|------------------------|
| SL0006 | Introdução ao Direito                  | 4         | 60            | --  | CCAUX                  |
| SL0003 | Teoria Política Clássica               | 4         | 60            | Fundamentos de Ciência Política (SLAD101)                 | CCAUX                  |
| 30604  | Teoria Econômica                       | 4         | 60            | Fundamentos de Economia (SLAD102)                         | CCAUX                  |
| SL0004 | Geografia Política                     | 4         | 60            | --  | CCRI                   |
| SL0005 | História das Relações Internacionais I | 4         | 60            | Introdução ao Estudo das Relações Internacionais (SL0001) | CCRI                   |
|        | <b>Total</b>                           | <b>20</b> | <b>300</b>    |   |                        |

#### 3º Semestre

| Código | Componente curricular | Créditos | Carga Horária | Pré-Requisito | Estrutura do currículo |
|--------|-----------------------|----------|---------------|---------------|------------------------|
|--------|-----------------------|----------|---------------|---------------|------------------------|

|        |   |           |            |   |       |
|--------|---|-----------|------------|---|-------|
| SL0008 | Direito Internacional Público           | 4         | 60         | --  | CCAUX |
| SL0009 | Teoria Política Moderna e Contemporânea | 4         | 60         | Teoria Política Clássica (SL0003)               | CCAUX |
| SL0010 | História das Relações Internacionais II | 4         | 60         | História das Relações Internacionais I (SL0005) | CCRI  |
| 33601  | Metodologia Científica                  | 2         | 30         | --  | CCAUX |
| SL0011 | Teoria das Relações Internacionais I    | 4         | 60         | --  | CCRI  |
| SL0012 | Formação Econômica do Brasil            | 4         | 60         | --  | CCAUX |
| SL0013 | Inglês Instrumental I                   | 2         | 30         | --  | CCAUX |
|        | <b>Total</b>                            | <b>24</b> | <b>360</b> |   |       |

**4º Semestre**

| Código | Componente curricular                 | Créditos  | Carga Horária | Pré-Requisito                                 | Estrutura do currículo |
|--------|---------------------------------------|-----------|---------------|---|------------------------|
| SL0014 | Economia Brasileira Contemporânea     | 4         | 60            | Formação Econômica do Brasil (SL0012)         | CCAUX                  |
| SL0015 | Política Externa Brasileira I         | 4         | 60            | --  | CCRI                   |
|        | CCCG                                  | 2         | 30            | --  |                        |
| SL0017 | Teoria das Relações Internacionais II | 4         | 60            | Teoria das Relações Internacionais I (SL0011) | CCRI                   |
| SL0026 | Organismos Internacionais             | 4         | 60            | --  | CCOP                   |
| SL0018 | Espanhol Instrumental I               | 2         | 30            | --  | CCAUX                  |
|        | <b>Total</b>                          | <b>20</b> | <b>300</b>    |   |                        |

**5º Semestre**

| Código | Componente curricular                     | Créditos | Carga Horária | Pré-Requisito                          | Estrutura do currículo |
|--------|---|----------|---------------|--|------------------------|
| SL0019 | Política Externa Brasileira II            | 4        | 60            | Política Externa Brasileira I (SL0015) | CCRI                   |
| SL0020 | Relações Internacionais da América Latina | 4        | 60            | --                                     | CCRI                   |
| ADM004 | Estatística                               | 4        | 60            | --                                     | CCAUX                  |
| SL0022 | Direito Internacional Privado             | 2        | 30            | --                                     | CCAUX                  |
| SL0023 | Contabilidade Internacional               | 2        | 30            | --                                     | CCOP                   |
| SL0024 | Economia Internacional I                  | 4        | 60            | --                                     | CCRI                   |

|  |              |           |            |  |  |
|--|--------------|-----------|------------|--|--|
|  | <b>Total</b> | <b>20</b> | <b>300</b> |  |  |
|--|--------------|-----------|------------|--|--|

**6º Semestre**

| <b>Código</b> | <b>Componente curricular</b>                         | <b>Créditos</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Pré-Requisito</b>                             | <b>Estrutura do currículo</b> |
|---------------|--|-----------------|----------------------|--|-------------------------------|
| SL0025        | Práticas de comércio exterior e legislação aduaneira | 4               | 60                   | --   | <b>CCOP</b>                   |
| SL0027        | Relações Internacionais da Ásia e África             | 4               | 60                   | --   | <b>CCRI</b>                   |
| SL0028        | Segurança Internacional                              | 2               | 30                   | Geografia Política (SL0004)                      | <b>CCRI</b>                   |
|               | CCCGs  | 4               | 60                   | --   |                               |
| SL0029        | Economia Internacional II                            | 4               | 60                   | História das Relações Internacionais II (SL0010) | <b>CCRI</b>                   |
| SL0016        | Direito Comunitário e da Integração                  | 2               | 30                   |  | <b>CCOP</b>                   |
|               | <b>Total</b>   | <b>20</b>       | <b>300</b>           |  |                               |

**7º Semestre**

| <b>Código</b> | <b>Componente curricular</b>             | <b>Créditos</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Pré-Requisito</b>   | <b>Estrutura do currículo</b> |
|---------------|--|-----------------|----------------------|--|-------------------------------|
| SL0030        | Relações Internacionais do Oriente Médio | 2               | 30                   | --   | <b>CCRI</b>                   |
| SL0031        | História das Grandes Religiões           | 2               | 30                   | --   | <b>CCAUX</b>                  |
| SL0032        | TCC I                                    | 4               | 60                   | História Econômica, política e social geral (SL0002)<br>Geografia política (SL0004)<br>Direito Internacional Público (SL0008)<br>Teoria Política Moderna e Contemporânea (SL0009)<br>História das Relações Internacionais II (SL0010)<br>Metodologia Científica (33601)<br>Inglês Instrumental I (SL0013)<br>Economia Brasileira Contemporânea (SL0014)<br>Teoria das Relações Internacionais II | <b>CCOP</b>                   |

|        |                                  |           |            |  |             |
|--------|----------------------------------|-----------|------------|--|-------------|
|        |                                  |           |            | (SL0017)<br>Organismos internacionais (SL0026)<br>Espanhol instrumental I (SL0018)<br>Política Externa Brasileira II (SL0019)<br>Relações internacionais da América Latina (SL0020)<br>Direito internacional privado (SL0022)<br>Economia internacional I (SL0024)<br>Estatística (ADM004) |             |
|        | CCCGs                            | 6         | 90         | --   |             |
| SL0035 | Direito Fronteiriço              | 2         | 30         | -----  | <b>CCOP</b> |
| SL0034 | Sistema Financeiro Internacional | 4         | 60         | --   | <b>CCOP</b> |
|        | <b>Total</b>                     | <b>20</b> | <b>300</b> |  |             |

**8º Semestre**

| <b>Código</b> | <b>Componente curricular</b> | <b>Créditos</b> | <b>Carga Horária</b> | <b>Pré-Requisito</b>  | <b>Estrutura do currículo</b> |
|---------------|------------------------------|-----------------|----------------------|---|-------------------------------|
| SL0036        | TCC II                       | 4               | 60                   | TCC I (SL0032)  | <b>CCOP</b>                   |
| SL0037        | Estágio Supervisionado       | 6               | 90                   | Estudo das Relações Internacionais (SL0001)<br>Fundamentos de Ciência Política (SLAD101)<br>História Econômica, Política e Social Geral (SL0002)<br>Fundamentos de Economia (SLAD102)<br>Fundamentos de Sociologia (SLAD105)<br>Introdução ao Direito (SL0006)<br>Teoria política clássica (SL0003)<br>Teoria econômica (30604)<br>Geografia política (SL0004)<br>História das Relações Internacionais I (SL0005)<br>Direito Internacional Público (SL0008)<br>Teoria política moderna e contemporânea (SL0009) | <b>CCOP</b>                   |

|        |  |            |             |  |              |
|--------|--|------------|-------------|--|--------------|
|        |  |            |             | História das Relações Internacionais II (SL0010)<br>Metodologia Científica (33601)<br>Teoria das Relações Internacionais I (SL0011)<br>Formação econômica do Brasil (SL0012)<br>Inglês Instrumental I (SL0013)<br>Economia brasileira contemporânea (SL0014)<br>Política externa brasileira I (SL0015)<br>Teoria das Relações Internacionais II (SL0017)<br>Organismos internacionais (SL0026)<br>Espanhol instrumental I (SL0018) |              |
| SL0038 | Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil | 4          | 60          | --   | <b>CCAUX</b> |
|        | <b>Total</b>                                   | <b>16</b>  | <b>240</b>  |  |              |
|        | Total da Matriz Curricular                     | 158        | 2370        |  |              |
|        | Atividades Complementares de Graduação         | 8          | 120         |  |              |
|        | <b>TOTAL GERAL</b>                             | <b>166</b> | <b>2490</b> |  |              |

### 2.3.4. Ementário

#### 2.3.4.1. Ementas dos componentes curriculares obrigatórios.

#### 1º SEMESTRE

##### **COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (60h)**

**Ementa:** Introdução ao estudo e conceito de Relações Internacionais. Sociologia das Relações Internacionais: Sistema internacional; Atores internacionais; Meio internacional e seus fatores. Introdução às teorias das Relações Internacionais. Introdução à Política Externa Brasileira. Temas Emergentes das Relações Internacionais: O sistema mundial na passagem do século; Globalização e Integração Regional; Terrorismo; Direitos Humanos; Meio Ambiente.

##### **Objetivo Geral:**

Abordar os temas principais das Relações Internacionais: conceitos básicos, características do sistema internacional e seus atores: Estados, organizações internacionais e outros agentes internacionais.

##### **Referências básicas:**

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.) **Política internacional, política externa & relações internacionais**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009.  
JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, **Introdução às Relações internacionais: teoria e abordagens**. Zahar, 2007.  
PECEQUILO, Cristina. **Introdução às Relações Internacionais**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

**Referências Complementares:**

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: Teoria e História**. Saraiva, 2004.  
 SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.  
 SARAIVA, José S. (org.) **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.  
 HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.  
 SAFARTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA (60h)**

**Ementa:** Sistema Político. Categorias, conceitos e noções de política. Agenda e decisões políticas. Estratégias políticas. Estado, poder e formas de governo. A prática da política.

**Objetivo Geral:**

Compreender e dominar os principais conceitos de Ciência Política, principalmente no que concerne a formação do Estado Nacional e a atuação dos cidadãos, para poder analisar os acontecimentos políticos e poder articular tais conceitos com temas atuais da política nacional e internacional.

**Referências básicas:**

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 16ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.  
 DALLARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.  
 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: Editora L&M, 2008.

**Referências complementares:**

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 16ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.  
 WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política (vol 1)**. 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.  
 BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia Política**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.  
 HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2008.  
 ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

**COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL (60h)**

**Ementa:** Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Expansão comercial e o desenvolvimento do capitalismo. Revolução Industrial e as transformações sócio-políticas e econômicas. A sociedade e o mundo do trabalho. As Revoluções Americana, Francesa e Russa. Capitalismo e socialismo no século XX. .

**Objetivo Geral:**

Analisar o processo histórico da humanidade, analisando as principais mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais.

**Referências Básicas:**

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Campus, 1989 (reimpressão de 2010).  
 HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.  
 VISENTINI, Paulo G. Fagundes & PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britannica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

**Referências complementares:**

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.  
 BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.  
 ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996.  
 LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.  
 ARRUDA, José J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE ECONOMIA (60h)**

**Ementa:** Elementos que fundamentam a ciência econômica. Evolução do pensamento econômico. Inflação e desemprego. Crescimento e desenvolvimento econômico. Introdução à economia internacional. Tópicos emergentes

em economia.

**Objetivo Geral:**

Introduzir aos graduandos conceitos fundamentais de economia, levando-os a conhecer a evolução do pensamento econômico, para que possam identificar e avaliar a inflação, os tipos de desemprego, crescimento, formas de desenvolvimento econômico.

**Referências básicas:**

CARNEIRO, Ricardo. (Org.) **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 2003. (Vol. 1)  
 PASSOS, Roberto M.; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 5ª Ed. São Paulo: Thompson, 2006.  
 VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

**Referências complementares:**

PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). **Economia brasileira na encruzilhada**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.  
 PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. (Org.) **Manual de Economia**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.  
 ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.  
 PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5ª edição São Paulo: Ed. Thompson, 2006.  
 WESSELS, Walter J. **Economia**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva 2010.  
 MANKIOW, N. G.. **Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

**COMPONENTE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA (60h)**

**Ementa:** Contexto histórico de surgimento da Sociologia. A centralidade dos fatos na Sociologia. Principais teorias hermenêuticas clássicas da Sociologia. Sociologia referente à temática do Campus e curso específicos.

**Objetivo Geral:**

Estudar os paradigmas fundamentais da sociologia relacionado-os às exigências do campus e do curso específicos como instrumento de exercício da interpretação dos fatos sociais.

**Referências básicas:**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.  
 WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.  
 BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia política**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**Referências complementares:**

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2009.  
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.  
 WEBER, Max. **Economia e Sociedade, volume 1**. Brasília: Ed. UnB, 1999.  
 BOURDIER, Pierre. **Ofício de Sociólogo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

**2º SEMESTRE**

**COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO AO DIREITO (60h)**

**Ementa:** Noções do direito. Origem e definições. Direito natural e positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Fontes do direito. Aplicação das normas jurídicas. Ordenamento Jurídico e Direito Comunitário. Ramos do Direito: direito público, direito privado e misto.

**Objetivo Geral:**

Transmitir aos discentes informações jurídicas básicas e teorias relacionadas ao Direito, úteis para o bacharel em Relações Internacionais.

**Referências básicas:**

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do Direito**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2010.  
 MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
 PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e privado**. 24ª ed. São Paulo:

Atlas, 2009.

**Referências Complementares:**

- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 DOWER, Nelson G. B. **Instituições de direito público e direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2007.  
 HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 9ª ed. São Paulo: LTR, 2009.  
 ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  
 LOBO, Maria Teresa de Cárcomo. **Manual de Direito Comunitário: 50 anos de integração**: Curitiba: Juruá, 2009.

**COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA (60h)**

**Ementa:** Introdução à Política; noções de poder; obras-primas do pensamento político clássico (Sócrates, Platão, Aristóteles, Cícero) e medieval (Santo Agostinho, Abu Nasr al-Farábi, Moisés Maimônides, Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua); nascimento e desenvolvimento do direito ocidental; a política como ciência; o Estado, seu desenvolvimento e o papel do governante e do legislador.

**Objetivo Geral:**

Apresentar aos alunos noções de Filosofia Política e de Teoria Política Clássica, para que possam compreender como a apreensão dos fundamentos da política tem guiado as ações de líderes e cidadãos desde a Antiguidade até os dias de hoje. Assim, poderão perceber a Teoria Política Clássica e a Teoria Política Medieval como a origem e a ponte para a compreensão dos clássicos modernos e contemporâneos da mesma área e para a compreensão das principais teorias de Relações Internacionais.

**Referências básicas:**

- PLATÃO. **República**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
 ARISTÓTELES. **A Política**. 6ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.  
 BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2009.

**Referências complementares:**

- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. 15ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.  
 \_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.  
 WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo, Ática, 2006. (vol. 1)  
 BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia Política**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.  
 CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2009

**COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA ECONÔMICA (60h)**

**Ementa:** Microeconomia e Macroeconomia.

**Objetivo Geral:**

Apresentar e discutir os conceitos básicos da Ciência Econômica. Estabelecer as diferenciações a respeito das introduções às vertentes Micro e Macro, além dos diversos campos de atuação da Economia como ciência, e de sua interdisciplinaridade com as demais ciências.

**Objetivo Geral:**

Discutir com os alunos os conceitos básicos da Ciência Econômica, estabelecendo as diferenciações a respeito das introduções às vertentes Micro e Macro, além dos diversos campos de atuação da Economia como ciência, e de sua interdisciplinaridade com as demais ciências.

**Referências básicas:**

- MANKIW, N. G.. **Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.  
 VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo, Saraiva, 2007.  
 MANSFIELD, E.; YOHE, G. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Referências complementares:**

- CABRAL, Arnaldo S.; YONEYAMA, Takashi. **Microeconomia: uma visão integrada para empreendedores**. São Paulo: Saraiva, 2008.  
 FROYEN, Richard. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2002.  
 MARX. K. **O Capital**. 3ª ed. São Paulo: Ed. EDIPRO, 2008.

BAUMANN, Renato. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Essevier, 2004.  
 WRAY, L. Randall. **Trabalho e moeda hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/UFRJ, 2003.

**COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA POLÍTICA (60h)**

**Ementa:** A Invenção da Geopolítica; Declínio do discurso geopolítico; O debate sobre o Imperialismo; Poder espacial no mundo contemporâneo. Aspectos da globalização relacionados com as Relações Internacionais.

**Objetivo Geral:**

Construir com os estudantes, conhecimento introdutório acerca da Geografia Política e Geopolítica e assim estudar teorias que dêem suporte para análises específicas na área e em outros segmentos de Segurança e/ou Relações Internacionais.

**Referências básicas:**

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996.  
 CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.  
 COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

**Referências complementares:**

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Objetiva, 1997.  
 CARVALHO, Leonardo A. de (org.) **Geopolítica e Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2010.  
 KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.  
 WALLESRSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2001.  
 HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

**COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I (60h)**

**Ementa:** A formação do sistema mundial. Os sistemas regionais do mundo pré-capitalista. O capitalismo mercantil e a ascensão da Europa. A Europa mercantil e colonial dos séculos XIV a XVIII. O equilíbrio europeu. A fase ibérica e a expansão colonial. A Pax Britânica (1776-1890). A hegemonia mundial britânica e a Europa conservadora. O Congresso de Viena e a reorganização da Europa. A crise do sistema e a emergência das rivalidades (1890-1914).

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente a análise da evolução histórica das estruturas do sistema mundial pré-capitalista ao início do século XX, tendo como base as Relações Internacionais estabelecidas.

**Referências básicas:**

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.  
 KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.  
 VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

**Referências complementares:**

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.  
 SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.  
 HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.  
 KENNAN, G. F. **O declínio da ordem europeia de Bismarck**. Brasília: Ed. UnB, 1985.  
 ARRUDA, José J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

**3º SEMESTRE**

**COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II (60h)**

**Ementa:** As duas Guerras Mundiais. O mundo pós-Segunda Guerra Mundial: bipolaridade, Guerra Fria e construção de

uma Nova Ordem Mundial.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente a análise da evolução das Relações Internacionais a partir do período antecedente ao Primeiro Conflito Mundial até o atual período pós-Guerra Fria, visando compreender as matrizes da nova ordem mundial que está se compondo no início do século XXI.

**Referências básicas:**

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.  
 LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II: o Século XX, do declínio europeu à Era Global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.  
 SARAIVA, José Flavio S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas, da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

**Referências complementares:**

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.  
 KENNEDY, Paul. **Ascensão e declínio das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.  
 VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.  
 HOBBSBAM, Eric. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.  
 ARRUDA, José J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I (60h)**

**Ementa:** O sistema internacional: os atores, o funcionamento, as forças profundas. Antecedentes e evolução da área de Relações Internacionais. A evolução das Relações Internacionais e os grandes debates. As teorias-base das Relações Internacionais (realista, liberal, vertente marxista) e suas derivações. Os autores e obras clássicas da Teoria das Relações Internacionais.

**Objetivo Geral:**

Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais, a partir do estudo do pensamento clássico e do 1º grande debate entre realistas e idealistas, propiciando ao aluno a aplicação desses conceitos teóricos na análise da atual conjuntura internacional.

**Referências básicas:**

SAFARTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.  
 NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. São Paulo: Elsevier, 2005.  
 OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.

**Referências complementares:**

OLSSON, Giovanni. **Relações Internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2009.  
 HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.  
 GONÇALVES, Joanesval B. et al. **Introdução as Relações Internacionais: teoria e história**. Brasília: Ed. ILB, 2009.  
 DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.  
 JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. **Introdução as Relações Internacionais: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.

**COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA CIENTÍFICA (30h)**

**Ementa:** Pesquisa quantitativa: finalidade, características; pesquisa qualitativa: finalidade, características; relação entre qualitativo e quantitativo; métodos quantitativos e qualitativos de análise; técnicas e instrumentos de coleta de dados.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver nos discentes uma visão crítico-analítico da finalidade da pesquisa, as características, campos e tipos de pesquisas. Deverá saber realizar um planejamento da pesquisa, desde formulação do problema até a apresentação do relatório final com as tabulações e análises dos dados de acordo com o sistema de normatização técnica existente.

**Referências básicas:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2009.

CERVO, Amado L. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

**Referências complementares:**

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. DE S. et al. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

AQUINO, Italo de Souza. **Como ler artigos científicos**. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

**COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA POLÍTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA (60h)**

**Ementa:** As transformações políticas da modernidade. O contratualismo e o Estado moderno. Liberalismo, democracia e autocracia. Constitucionalismo na contemporaneidade. Liberdade, igualdade e representação política. Novas forças políticas. Política internacional no pensamento contemporâneo.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente a compreensão do papel da política nas Relações Internacionais, a partir das noções do Estado, poder e soberania, Liberdade e Igualdade.

**Referências básicas:**

BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia Política**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Para uma teoria geral da política. 15ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política (vol 2)**. 11ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

**Referências complementares:**

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnB, 1992.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2009

DUSO, Giuseppe. **O poder**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (60h)**

**Ementa:** DIP: conceito, objeto e características. Marco Jurídico interno. Fontes do DIP. Personalidade jurídica internacional: Estado, Organizações internacionais e Indivíduo. Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno. Responsabilidade Internacional. Marco jurídico das relações internacionais: relações diplomáticas e consulares, solução pacífica dos litígios, meios coercitivos de solução de litígios. Guerra. Espaços internacionais.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar o entendimento, por parte dos discentes, do objeto de estudo do Direito Internacional Público e seu campo de atuação, familiarizando-os com os conceitos básicos usados no estudo do DIP, compreendendo as fontes de surgimento do DIP, suas características e competências e analisando as formas de resolução dos conflitos no âmbito internacional.

**Referências básicas:**

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 9ª ed. São Paulo: LTR, 2009.

GUIMARÃES, A. M. Da Cunha. **Tratados Internacionais**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2010.

DOWER, Nelson G. B. **Instituições de direito público e direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

**Referências complementares:**

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 201.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.  
 GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.  
 GUIMARÃES, A. M. Da Cunha. **Tratados Internacionais**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2010.  
 MARTINS, Juliano C. S. **Contratos Internacionais**. São Paulo: Ed. LTr, 2008.

**COMPONENTE CURRICULAR: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL (60h)**

**Ementa:** Economia colonial (1500-1822). Economia cafeeira do Brasil independente (1822-1930). Início do processo de Industrialização do Brasil (1930).

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente o entendimento e análise da evolução das estruturas econômicas, desde o Brasil colonial até o início do processo de industrialização.

**Referências básicas:**

CARDOSO DE MELLO. **O Capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Unesp, 2009.  
 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.  
 PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Brasiliense, 2008.

**Referências complementares:**

REGO, J. M., Marques, R. M. (orgs.) **Formação Econômica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  
 FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.  
 LEITE, A. Dias. **Economia Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.  
 MARIANO, Jefferson. **Introdução a economia brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.  
 REGO, José Márcio (Org.) **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

**COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL I (30h)**

**Ementa:** Estratégias de leitura inconscientes em língua inglesa: *skimming, scanning e prediction*; instruções em língua inglesa; identificação da contiguidade nos textos em inglês; compreendendo notícias; referência contextual; compreensão de grupos nominais e reconhecimento de adjetivos; identificação SVO e de grupos semânticos; reconhecimento de sufixos, prefixos e grupos de substantivos; sinônimos e afixos; agrupamento semântico; vocabulário introdutório para Relações Internacionais.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver as bases do discente referentes à leitura e à captação contextual na língua inglesa. Partindo do entendimento de noções pré-intermediárias, proceder-se-á às noções essenciais para a boa compreensão de textos, notícias e publicações relevantes em Relações Internacionais.

**Referências básicas:**

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental - Módulo I** (Estratégias de leitura). São Paulo: Textonovo, 2000.  
 MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use - Silver - With Answers**. São Paulo: Cambridge do Brasil. 3ª edição, 2009.  
 TORRES, Nelson. **Gramática prática da Língua Inglesa**. 10ª edição. Saraiva, 2007.

**Referências Complementares:**

McCULLY, Christopher. **The Sound Structure of English: an introduction**. Cambridge, 2009  
 MARQUES, Amadeu. **Inglês série Brasil**. São Paulo: Ática, 2008.  
 SOARS, Liz. **American Headway 2**. 2ª ed. New York: Ed. Oxford, 2009.  
 \_\_\_\_\_. **American Headway 3**. 2ª ed. New York: Ed. Oxford, 2009  
 \_\_\_\_\_. **American Headway 4**. 2ª ed. New York: Ed. Oxford, 2009

**4º SEMESTRE**

**COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II (60h)**

**Ementa:** Apresentar o quadro teórico contemporâneo das Relações Internacionais tendo como base a discussão proposta por autores que focam sua análise na política internacional a partir dos desafios impostos pelo fim da Guerra Fria e consequente redimensionamento de forças no sistema internacional. Também, análise da incorporação de novos atores e

agendas à política internacional.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver as bases analíticas, no discente, referentes ao quadro teórico contemporâneo das Relações Internacionais.

**Referências básicas:**

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.  
 OLSSON, Giovanni. **Relações Internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2009.  
 NOGUEIRA, João Pontes; e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

**Referências Complementares:**

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004..  
 VILLA, Rafael et al. **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.  
 GONÇALVES, Joanesval B. et al. **Introdução as Relações Internacionais: teoria e história**. Brasília: Ed. ILB, 2009.  
 DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.  
 SAFARTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (60h)**

**Ementa:** O processo de industrialização e suas interpretações; O avanço da industrialização sob Getúlio e Juscelino; O PAEG e o milagre econômico; O II PND; A crise da década de 1980 e a aceleração inflacionária; A abertura econômica e a inserção brasileira na globalização; Planos de estabilização econômica; Questões do Brasil atual.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver competências que permitam ao discente compreender a dinâmica e reestruturação da economia brasileira desde 1930 até 2010.

**Referências básicas:**

ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana**, Rio de Janeiro: Campus, 1990.  
 BELLUZZO, L. G. M., Almeida, J. S. G.. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.  
 CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX), uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

**Referências Complementares:**

MARQUES, R. M., Ferreira, M. R. J. (Orgs.), **O Brasil sob a nova ordem - a economia brasileira contemporânea -**  
 CARNEIRO, R. (Org.). **A supremacia dos mercados**, São Paulo: Editora da UNESP, 2006.  
 FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Livros técnicos e científicos, 2000.  
 PRADO Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. 49ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.  
 GIAMBIAGI, Fábio (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA I**

**Ementa:** A política externa brasileira durante o período agro-exportador (1500-1930): a inserção do Brasil colonial na economia internacional durante o sistema mercantilista. O processo de independência e a ascendência inglesa. A política externa do Brasil monárquico e os conflitos platinos. O advento da República, a "americanização" da diplomacia brasileira, a demarcação das fronteiras e a política externa da República Velha. A política externa brasileira do paradigma agro-exportador ao industrial (1930-1960).

**Objetivo Geral:**

Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do período colonial ao independente, levando-se em conta o seu perfil agroexportador durante o período imperial e da República Velha, e identificando as mudanças estruturais a partir de 1930, quando da construção de um perfil desenvolvimentista brasileiro, interna e externamente.

**Referências básicas:**

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002.  
 OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WERNECK DA SILVA, José Luiz; GONÇALVES, Williams. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**. Petrópolis: Vozes, 2009.

**Referências Complementares:**

GARCIA, Eugenio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: Ed. Contraponto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Diplomacia brasileira e política externa**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

VIZENINI, P. F. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3ª ed. São Paulo: Ed Perseu Abramo, 2008.

**COMPONENTE CURRICULAR: ORGANISMOS INTERNACIONAIS (60h)**

**Ementa:** Definição e evolução histórica. Conceito. Principais características: multilateralidade, permanência e institucionalização. Criação, personalidade jurídica, participação dos membros e modos de sucessão. Estrutura institucional, funcionamento e financiamento. Principais organizações internacionais. Organizações não governamentais de alcance transnacional.

**Objetivo Geral:**

Possibilitar ao discente a análise dos temas principais relativos às Organizações Internacionais: conceitos básicos, evolução e origem; características e classificação; competências e instrumentos de ação; estrutura, introduzindo-os ao estudo de algumas das principais Organismos Internacionais da atualidade.

**Referências básicas:**

CRETELLA NETO, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2007.

HERZ, Monica e RIBEIRO, Andrea Hoffmam. **Organizações Internacionais**. São Paulo: Ed. Campus, 2004.

SEITEINFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 5ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

**Referências Complementares:**

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da C. **Tratados internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.

MARCONINI, Mário. **OMC: Acordos Regionais e o Comércio de Serviços**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2003.

PRAZERES, Tatiana L. **A OMC e os blocos Regionais**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2008.

**COMPONENTE CURRICULAR: ESPANHOL INSTRUMENTAL I (30h)**

**Ementa:**

Aproximação inicial ao aprendizado do léxico e das estruturas gramaticais da língua espanhola em nível básico. Introdução ao sistema fonético e fonológico do espanhol. Desenvolvimento inicial da compreensão e produção oral, leitura e escrita em língua espanhola, com ênfase na interpretação e produção de gêneros textuais relacionados às áreas de atuação do profissional de Relações Internacionais.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente o conhecimento e utilização das estratégias para a compreensão da língua espanhola, em nível básico, através de gêneros textuais relacionados aos contextos de atuação do bacharel em RI, visando o desenvolvimento da habilidade de leitura e, em nível complementar, da auditiva, escrita e oral.

**Referências básicas:**

VOCES DEL SUR 2: LIBRO DEL ALUMNO. Buenos Aires: Difusion, 2011.

BRANDÃO, E.; BELINER, C. (trad.). **SEÑAS. Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños**. Universidad de Alcalá de Henares. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CORPAS, Jaime. **Socios 2: nueva edition – cuaderno de ejercicios**. Buenos Aires: Difusion, 2008.

**Referências Complementares:**

ANDRADE SERRA., M. *et al.* **Fonética aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera: un curso para lusófonos**. Editora Galpão, 2007.

BAPTISTA, L.R. *et al.* **Listo: español a través de textos**. São Paulo: Moderna, 2005.

**ESPAÑOL LINGUA VIA 2: libro del alumno**. Madrid: Santillana, 2007.

CASCON, Eugenio. **Lengua española y comentario de texto**. Madrid: Edinumen Espanha, 1997.

FRAGO GARCIA, Juan Antonio. Historia Del espanol de America: textos y contextos. Madrid: Gredos, 1999.

## 5º SEMESTRE

### **COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA II (60h)**

**Ementa:** Análise da política externa brasileira de 1960 até os dias atuais. Ênfase na industrialização, desenvolvimento, nacionalismo e multilateralidade como eixos basilares das relações do Brasil com o mundo. A Política Externa Independente. A política externa do Regime Militar. A reorientação neoliberal. A retomada desenvolvimentista no século XXI.

#### **Objetivo Geral:**

Possibilitar a compreensão da evolução da inserção internacional do Brasil, da década de 1960 aos dias atuais, levando-se em conta as mudanças estruturais a partir da construção de um perfil desenvolvimentista brasileiro, interna e externamente.

#### **Referências básicas:**

BERCARD RAMOS, Danielly S. **Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2009.  
CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª Ed. Brasília: EdUnB, 2002.  
VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

#### **Referências Complementares:**

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2006.  
VIZENTINI, Paulo. **Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.  
GARCIA, Eugenio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: Ed. Contraponto, 2011.  
\_\_\_\_\_. **Diplomacia brasileira e Política externa**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.  
CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

### **COMPONENTE CURRICULAR: ESTATÍSTICA (60h)**

**Ementa:** Introdução à Estatística; Estatística Descritiva; Probabilidade e Distribuições de Probabilidade; Amostragem e Inferência Estatística.

#### **Objetivo Geral:**

Capacitar os acadêmicos na temática estatística por meio da apresentação e discussão de conceitos básicos, bem como pela aplicação de métodos estatísticos em diversos fenômenos das ciências sociais.

#### **Referências básicas:**

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2008.  
BARROW, Michael. **Estatística para economia, contabilidade e administração**. São Paulo: Ática, 2007.  
DOWNING, D.; CLARK, J. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2009.

#### **Referências Complementares:**

FREUND, J. **Estatística aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2007.  
LEVINE, D. M. ; STEPHAN D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.  
ANDERSON, Davir R. (Org.) **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2011.  
BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010  
LARSON, Ron. **Estatística Aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2010.

### **COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (30h)**

**Ementa:** Sujeitos e conteúdo do DIPr. Métodos de escolha da lei aplicável no direito brasileiro e direito europeu. Limites à aplicação da lei estrangeira. Fontes do DIPr e seus conflitos. Contratos internacionais. Direito de família no DIPr. Sucessão internacional Arbitragem internacional. Alimentos no plano internacional. Aspectos civis de sequestros de menores.

**Objetivo Geral:**

Transmitir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão das principais temáticas que envolvem o Direito Internacional Privado, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional. Introduzir, de modo interdisciplinar, os estudantes aos principais debates teóricos do Direito Internacional contemporâneo.

**Referências básicas:**

ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  
 DEL'OMO, Florisbal. **Curso de Direito Internacional Privado**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2010.  
 FERREIRA JR., Lier Pires; CHAPARRO, Verônica Zaráte. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2ª. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2008.

**Referências Complementares:**

MAXIMILIANUS, F. & MILARÉ, E. **Manual de Direito Público e Privado**. 17ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.  
 PINHO, Rui Rebello. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2009.  
 DOWER, Nelson G. B. **Instituições de direito público e direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2007.  
 MARTINS, Juliano C. S. **Contratos Internacionais**. São Paulo: Ed. LTr, 2008.  
 ZYLBERSZTAJN, Decio & SZTAJN, Rachel (orgs.) **Direito e Economia**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.

**COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA INTERNACIONAL I (60h)**

**Ementa:** Teorias e modelos de comércio internacional; Política comercial e desenvolvimento econômico; Taxas de câmbio e macroeconomia aberta.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver nos alunos a compreensão da dinâmica da economia mundial através do conhecimento dos principais modelos de comércio internacional, das políticas de comércio exterior e seus impactos no crescimento e desenvolvimento de uma nação.

**Referências básicas:**

BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. **Economia Internacional**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.  
 CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia internacional**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.  
 KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education, 2010.

**Referências Complementares:**

CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, R. **Economia internacional: economia e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.  
 VIEIRA, José Luiz. **A integração econômica internacional na era da globalização**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.  
 FIORI, José Luiz & TAVARES, Maria da C. **Poder e Dinheiro**. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.  
 GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.  
 HURREL, Andrew. et al. **Os Brics e a Ordem Global**. São Paulo: Ed. FGV, 2008.

**COMPONENTE CURRICULAR: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA (60h)**

A América Latina: do Estado oligárquico ao populismo (1820-1945). A América Latina durante a Guerra Fria (1945-1989). As relações internacionais da América Latina na virada do século: de 1989 aos dias atuais.

**Objetivo Geral:**

Abordar o desenvolvimento das Relações Internacionais da América Latina, sua história e política contemporânea, proporcionando aos discentes o conhecimento e análise crítica das relações intra e extracontinentais.

**Referências básicas:**

CEPIK, Marco (Org.). **América do Sul: economia e política da integração regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.  
 CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2007.  
 MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

**Referências complementares:**

- GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SILVA, Karine de Souza. **Integração regional e exclusão social na América Latina**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

**COMPONENTE CURRICULAR: CONTABILIDADE INTERNACIONAL (30h)**

**Ementa:** Teoria da Contabilidade. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Legislação Societária e Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade - IRFS. Normas Contábeis Internacionais - IAS. Estrutura da Junta das Normas Internacionais de Contabilidade - IASB. Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis relativas à IFRS e IAS. Princípios de Contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos - US GAAP. Contabilidade no âmbito dos países do MERCOSUL.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao discente as condições de estudo da Contabilidade Internacional, levando-se em conta noções introdutórias da Contabilidade Geral.

**Referências básicas:**

- FIPECAFI/USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2008.
- IUDÍCIBUS, S. & MARION, J. C. **Contabilidade comercial**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SILVA, Lino M. **Contabilidade governamental**. São Paulo: Atlas, 2009.

**Referências complementares:**

- MACIEL, Ricardo Ribeiro. **Como Implementar as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**. Curitiba: Juruá, 2009.
- NIYMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória** 11ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- PEREZ JÚNIOR, José Hernandes. **Conversão de Demonstrações Contábeis: FACB,USGAAP,IASB,IAS** 6ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.
- FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica** 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009

**6º SEMESTRE****COMPONENTE CURRICULAR: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁSIA E DA ÁFRICA (60h)**

**Ementa:** Relações internacionais do Império Chinês no período dinástico. Relações internacionais da República Popular da China no período maoista. Política da Porta Aberta e inserção da China no sistema mundial. Relações dos estados do Sudeste asiático e a Austral Ásia. A China e a cooperação Sul-Sul. A África negra e as relações interafricanas, no sistema mundial mercantil e imperialista. O surgimento do sistema de Estados africanos independentes. Reorientação e crise no pós-Guerra Fria. A retomada da inserção internacional da África no século XXI e as novas parcerias Sul-Sul.

**Objetivo Geral:**

Possibilitar aos discentes a compreensão das relações internacionais da Ásia e da África em suas dimensões históricas e políticas, identificando os principais conflitos e analisando a evolução do processo de integração entre as diferentes regiões asiáticas e africanas e os principais atores do contexto mundial.

**Referências básicas:**

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações Internacionais contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FERBANK, John Kih & GOLDMAN, Merle. **China – Uma nova História**. 2ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- VIZENTINI, Paulo. **As relações internacionais da África e Ásia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

**Referências complementares:**

- CARLETTI, Anna. **Diplomacia e Religião**. As relações entre a República Popular da China e a Santa Sé de 1951 a 2005. Brasília: FUNAG, 2008.

VISENTINI, Paulo G. F. **A África na política internacional**. Curitiba: Juruá, 2011.  
 HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.  
 CARVALHO, Leonardo A. de (org.) **Geopolítica e Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2010.  
 ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996.

### **COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO (30h)**

**Ementa:** Apresentação e análise dos aspectos jurídicos, econômicos e institucionais da União Europeia. Histórico, objetivos, desenvolvimento e consolidação (estrutura) do bloco. Ordenamento jurídico Comunitário: princípios, fontes, contencioso comunitário, processo de reenvio. Processos Comunitários (decisório e orçamental). Processo de Integração: fases.

#### **Objetivo Geral:**

Analisar informações sobre o processo de integração europeia desde a formação das primeiras comunidades europeias na década de 50 até a consolidação da união econômica e monetária.

#### **Referências básicas:**

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.  
 LOBO, Maria Teresa de Carcomo. **Manual de Direito Comunitário: 50 anos de integração**: Curitiba: Juruá, 2009.  
 VENTURA, Deixa. **As assimetrias entre MERCOSUL e a União Europeia**. São Paulo Manole, 2003.

#### **Referências complementares:**

JUNQUEIRA, Bráulio. **A Institucionalização Política da União Europeia**. São Paulo: Almedina, 2008.  
 DEL'OLMO, Florisbal; PEREIRA MACHADO, Diego. **Direito da integração, Direito comunitário, MERCOSUL e UNIÃO EUROPEIA**. São Paulo: Juspodim, 2011  
 GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.  
 GUIMARÃES. A. M. Da Cunha. **Tratados Internacionais**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2010.  
 MARTINS, Juliano C. S. **Contratos Internacionais**. São Paulo: Ed. LTr, 2008.

### **COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA INTERNACIONAL (30h)**

**Ementa:** Conceitos e problemas de Segurança Nacional, Internacional, Coletiva e Humana; teorias das Relações Internacionais aplicadas ao problema da Segurança Internacional. Atuação dos atores estatais e não-estatais no sistema internacional e sua relevância na construção de modelos de segurança. Estudos Estratégicos e a inserção da guerra como medida de solução de impasses.

#### **Objetivo Geral:**

Possibilitar que o aluno conheça conceitos e problemas relativos à segurança nacional, levando-se em conta as questões teóricas e de estratégia de defesa nacional no sistema mundial contemporâneo.

#### **Referências básicas:**

NASSER, Reginaldo Mattar; e CEPIK, Marco. **Segurança Internacional – Práticas, Teorias e Conceitos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.  
 NYE JR., Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.  
 DUPAS, Gilberto; VIGEVANNI, Tullo (org.) **O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional**. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

#### **Referências complementares:**

DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G.; e PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.  
 KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.  
 TSCHUMI, André Vinicius. **Princípio da segurança coletiva e manutenção da paz internacional**. Curitiba: Juruá, 2007.  
 SAFARTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.  
 VILLA, Rafael et al. **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

**COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA INTERNACIONAL II (60h)**

**Ementa:** Arranjo internacional sob o padrão-ouro; Economia internacional no período entre-guerras; A grande depressão; Reorganização internacional e o regime de Bretton-Woods; Choque do petróleo e estagflação; A crise da dívida; Liberalização financeira e comercial e a globalização; As formas de integração de Ásia e América Latina na globalização; O papel da China e dos EUA na ordem econômica mundial contemporânea.

**Objetivo Geral:**

Possibilitar ao aluno a análise crítica do sistema econômico mundial pós-Segunda Guerra Mundial, suas dinâmicas e transformações, especialmente a partir do pós-Guerra Fria.

**Referências básicas:**

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX**, São Paulo, Editora da UNESP, 2004.  
 BATISTA JR., Paulo N. **Da crise internacional à moratória brasileira**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.  
 FIORI, José L. (Org.). **O poder americano**, Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

**Referências complementares:**

MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo: política e economia no entre-guerras**. São Paulo: UNESP, 2009.  
 TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (orgs.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**, Petrópolis, Editora Vozes, 1997.  
 CARVALHO, Maria Auxiliadora & SILVA, César R. L. **Economia Internacional**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.  
 CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, R. **Economia internacional: economia e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.  
 KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education, 2010.

**COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA (60h)**

**Ementa:** Políticas de Comércio; Sistemas e Acordos Multilaterais (GATT/OMC/BANCO MUNDIAL/FMI/; O Brasil e o MERCOSUL no Comércio Internacional; Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação; Instituições Intervenientes no comércio exterior brasileiro; Valoração Aduaneira; Nomenclatura Comum do MERCOSUL; Regras de Origem; Medidas de defesa comercial; Termos Internacionais de Comércio (Incoterms); Contratos internacionais e modalidades de pagamento utilizadas no comércio internacional; Negociações Internacionais; Globalização Financeira; Legislação Aduaneira: Livro I: da jurisdição aduaneira e do controle aduaneiro de veículos; Livro II: dos impostos de importação e de exportação; Livro III: dos demais impostos, e das taxas e contribuições devidos na importação; Livro IV: dos regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais; Livro V: do controle aduaneiro de mercadorias; Livro VI: das infrações e das penalidades; Livro VII: do crédito tributário, do processo fiscal e do controle administrativo específico; Livro VIII: das disposições finais e transitórias.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao aluno a análise de conteúdos, sistemáticas e ferramentas referentes às políticas e acordos de comércio (bi e multilaterais), incluindo as rotinas e procedimentos brasileiros de comércio internacional.

**Referências básicas:**

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comercio exterior**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
 LUZ, Rodrigo T. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 4ª edição. São Paulo: Campus, 2011.  
 WERNECK, P. **Comércio exterior e despacho aduaneiro**. 4ª ed. Aduaneiras, 2008.

**Referências Complementares:**

CELI JR., Umberto. **Comércio de serviços na OMC: liberalização, condições e desafios**. Curitiba: Juruá, 2009.  
 HARTUNG, Douglas S. **Negócios internacionais**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.  
 LUZ, Rodrigo Teixeira. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2007.  
 GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.  
 SEGRE, German. **Manual prático de comércio exterior**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

**7º SEMESTRE****COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA DAS GRANDES RELIGIÕES (30h)**

**Ementa:** Relações internacionais e religiões como fator de conflito e de integração. História do Confucionismo. História do Hinduísmo. História do Budismo. História do Judaísmo. História do Cristianismo. História do Islamismo.

**Objetivo Geral:**

Possibilitar ao aluno o entendimento das Religiões como fator de conflito e integração no sistema mundial, viabilizando o conhecimento da história das maiores e mais representativas religiões.

**Referências básicas:**

BARRET-DUCROCQ, Françoise (org.). **A intolerância**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.  
ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.  
WILGES, Irineu. **Cultura religiosa – As religiões no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2010, 19ª. edição.

**Referências complementares:**

CHOMSKY, Noam. **Poder e terrorismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.  
VIZENTINI, Paulo G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.  
ARRUDA, José J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.  
FERBANK, John King & GOLDMAN, Merle. **China – Uma nova História**. 2ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.  
HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

**COMPONENTE CURRICULAR: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ORIENTE MÉDIO (30h)**

**Ementa:** Análise do Oriente Médio como uma região de importância político-econômica e estratégica para os atores internacionais. Utilização de parâmetros históricos e políticos, haja vista a região ser considerada o epicentro de uma vasta zona de instabilidade provocada por conflitos étnicos, políticos, religiosos e territoriais. Exposição de questões centrais como o Fundamentalismo Muçulmano, “Questão Palestina”, Irã Nuclear, Guerra do Iraque, além de outros aspectos dos países que compõem a região, uma área geograficamente contínua, da Turquia à Península Arábica.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar aos acadêmicos condições para compreender as forças políticas que atuam no Oriente Médio e que geram instabilidade política e econômica na região.

**Referências básicas:**

FERABOLLI, Silvia. **Relações Internacionais do Mundo Árabe**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.  
LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.  
FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio – A Queda do Império Otomano e a Criação do Oriente Médio Moderno**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

**Referências complementares:**

LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.  
SMITH, Dan. **O Atlas do Oriente Médio**. São Paulo: Publifolha, 2008.  
HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.  
DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.  
SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. Das Letras/ Cia de Bolso, 2009.

**COMPONENTE CURRICULAR: TCC I (60h)**

**Ementa:** Construção do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC I). Normativas sobre projeto e trabalho de curso. Normas ABNT.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar aos discentes a revisão dos aspectos metodológicos da pesquisa científica em Relações Internacionais, apresentando as regras formais para confecção do projeto de conclusão de curso.

**Referências básicas:**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 1996.  
CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.  
DENZIN, N.; LINCON, Y. et al. **Planejamento da pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

**Referências Complementares:**

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.  
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.  
 MINAYO, M. DE S. et al. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.  
 AQUINO, Italo de Souza. **Como ler artigos científicos**. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL (60h)**

**Ementa:** A intermediação bancária e os mercados financeiros no contexto internacional; os produtos financeiros: mercados à vista, futuros e derivativos; o sistema de regulamentação; as crises financeiras internacionais e a crítica à atual arquitetura internacional.

#### **Objetivo Geral:**

Possibilitar aos discentes a noção de intermediação bancária e dos mercados financeiros no contexto global, refletindo sua influência na configuração do atual sistema mundial.

#### **Referências básicas:**

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 10ª edição, São Paulo: Atlas, 2011.  
 STIGLITZ, J.E. **The Stiglitz Report: Reforming the International Monetary and Financial Systems in the Wake of the Global Crisis**. Nova York: The New Press, 2010.  
 WALDEZ, S.; MOLYNEUX, P. **An introduction to global financial markets**. 6ª Ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

#### **Referências Complementares:**

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.  
 FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**. Rio de Janeiro: Quality Marc, 2001.  
 LENVINSON, M. **Guide to Financial Market (The Economist)**, 5ª Ed. Nova York: Bloomberg Press, 2009.  
 SANTANA, Osias. **Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2005.  
 NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

#### **COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO FRONTEIRIÇO (30h)**

**Ementa:** Faixa de fronteira. Assentimento prévio. CSN. Da alienação e concessão de terras públicas em faixa de fronteira. Atividades e serviços em faixa de fronteira: serviços de radiodifusão, atividades de mineração, colonização e loteamentos rurais. Transações com imóveis rurais envolvendo estrangeiros. Participação de estrangeiros em pessoa jurídica brasileira. Os Municípios na faixa de fronteira. Do auxílio financeiro aos Municípios da faixa de fronteira. Da inscrição nos órgãos do Registro do Comércio. Acordos sobre cooperação policial em matéria de investigação, prevenção e controle de fatos delituosos. Política Nacional de Desenvolvimento regional - PNDR. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF. Acordos envolvendo nacionais e estrangeiros fronteiriços.

#### **Objetivo geral:**

Proporcionar ao discente, de forma reflexiva e crítica, uma assimilação estruturada, indispensável ao exercício profissional no que tange às legislações aplicáveis à Faixa de Fronteira.

#### **Referências básicas:**

ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  
 REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

#### **Referências Complementares:**

LEI n.º 6.634/79 - dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.  
 DECRETO n.º 6.731/09 - Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos Brasil-Uruguai.  
 LUZ, Rodrigo Teixeira. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2007.  
 WERNECK, P. **Comércio exterior e despacho aduaneiro**. 4ª ed. Aduaneiras, 2008. ISBN 9788522454723  
 GUERRA, Sidney. **Tratados e Convenções Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.

**8º SEMESTRE****COMPONENTE CURRICULAR: TCC II (60h)**

**Ementa:** Execução da pesquisa elaborada em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Coleta, tabulação e análise de resultados. Redação e formatação.

**Objetivo Geral:**

Proporcionar aos discentes a pesquisa aplicada em Relações Internacionais, com coleta de dados, documentos e bibliografias, orientação, redação e entrega de Trabalho de Conclusão de Curso.

**Referências básicas:**

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR JR., J. F. et **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração** – Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2009.

**Referências Complementares:**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. DE S. et al. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

AQUINO, Italo de Souza. **Como ler artigos científicos**. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

**COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS DO BRASIL (60h)**

**Ementa:** A fronteira como fato social. Fronteira como espaço de encontro entre sujeitos diferentes. Tipologia das relações fronteiriças brasileiras do ponto de vista dos conflitos e da integração. UNASUL e segurança nas fronteiras sul-americanas.

**Objetivo geral:**

Possibilitar ao discente a interpretação, do ponto de vista sociológico, das relações sociais que ocorrem nas fronteiras físicas do Brasil.

**Referências básicas:**

ASEFF, Liane Chipollino. **Memórias boêmias - Histórias de uma cidade de fronteira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da fronteira sul – Ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

**Referências complementares:**

MARCOVITCH, Jacques (org.). **Sérgio Vieira de Mello – Pensamento e memória**. São Paulo: Saraiva/Edusp, 2004.

POWER, Samantha. **O homem que queria salvar o mundo – Uma biografia de Sérgio Vieira de Mello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARBEX JR., José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade, volume 1**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BENTO, Fábio R. (org.) **Fronteiras em movimento**. Jundiaí: Paco editorial, 2012.

**COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO (90h)**

**Ementa:** Plano do Estágio. Desenvolvimento do Plano de Estágio. Contato com o ambiente profissional. Relação teoria-prática. Elaboração e submissão do Relatório de Estágio à avaliação.

**Objetivo Geral:**

Desenvolver, associando o conhecimento teórico à prática, o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

**Referências básicas (as referências básicas e complementares poderão ser adequadas à área em que o estágio do discente ocorrer):**

DENZIN, N.; LINCON, Y. et al. **Planejamento da pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.  
CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.  
GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

**Referências Complementares:**

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.  
MINAYO, M. DE S. et al. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.  
HARTUNG, Douglas S. **Negócios internacionais**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.  
LUZ, Rodrigo Teixeira. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2007.  
SARAIVA, José S. (org.) **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.

### 2.3.5. Flexibilização curricular

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular se desenvolvem no curso a partir e atividades, projetos de ensino-aprendizagem e eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as Atividades Complementares de Graduação (por meio da oferta de participação dos discentes em projetos de extensão, pesquisa e ensino), atividades semipresenciais (como as desenvolvidas por meio da Ferramenta Moodle, em ambiente virtual de complementação de estudos), projetos de ensino-aprendizagem, estágios não obrigatórios e aproveitamentos de estudos de outras instituições de ensino, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista apontados no Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Os conteúdos dos componentes curriculares são profundamente compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Existe forte embasamento teórico permeado por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais.

#### 2.3.5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade se dará a partir da intencionalidade (ação planejada), contextualização (metodologia voltada para a problematização) e da flexibilidade na composição curricular com uma política clara de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Garantirá a construção do conhecimento que rompe com os limites dos

componentes curriculares e une, inclusive, os cursos de diversas áreas através da mobilidade acadêmica (UNIPAMPA, 2009).

Enfim, para alcançar o objetivo recorre-se a atividades como: integração mútua entre os docentes (como com a divisão de um componente curricular entre dois professores), componentes curriculares que dialoguem com os quatro cursos do Campus, possibilitando essa interação docente-discente-conteúdo (como os CCGs Desenvolvimento em regiões de fronteira ou Teorias do desenvolvimento e pensamento latino-americano), participação em eventos, atividades de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente indissociadas, estágios extracurriculares, projetos, ações sociais, artigos e publicação de trabalhos. Também está prevista a mobilidade docente, quando da vinda de professores de outros Campus da Universidade, por semestres previstos, para lecionarem componentes curriculares no Campus Sant'Ana do Livramento (especialmente de línguas estrangeiras, como Inglês instrumental I e II e Espanhol instrumental I e II).

### **3 RECURSOS**

#### **3.1 CORPO DOCENTE**

O perfil almejado do docente da UNIPAMPA construído por todos os professores da instituição durante o “II Seminário de Desenvolvimento Profissional: pedagogia universitária” (realizado em Santana do Livramento, de 17 a 19 de fevereiro de 2009) espera um educador com alta titulação, com uma sólida e qualificada formação acadêmica, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. Este professor tem comprometimento com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações sócio-econômicas e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Universidade, fortalecendo sua permanente construção, conforme o Projeto Institucional da UNIPAMPA.

Nesse sentido, tendo esse perfil de professor construído na instituição, fica claro que a UNIPAMPA valoriza os processos de reflexão docente e oportuniza espaços de planejamento e reflexão sobre as práticas bem como estudos de questões pedagógicas buscando oferecer ensino de qualidade. Sendo assim, conta com o Programa de Desenvolvimento Profissional Docente, o qual é uma proposta de formação continuada dos professores. O referido programa envolve três grupos de trabalho: Professores ingressantes, Professores Estáveis e Coordenadores de Curso. Cada grupo recebe orientações conforme suas necessidades e diferentes peculiaridades.

Esse programa conta com o “Seminário dos Docentes”, já citado anteriormente, cuja atividade acontece anualmente sendo um encontro de todos os professores da instituição com atividades de formação, reflexão, integração e trocas de experiência. Todo o trabalho de

atendimento pedagógico é realizado em cooperação entre a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional de cada campus . Tal núcleo é composto no campus de Santana do Livramento pelo Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo e Assistente Social, os quais executam atividades de atendimento, acompanhamento e assessoramento a docentes e discentes. Além disso, o corpo docente também conta com o apoio dos coordenadores de Curso e Coordenador Acadêmico. Dessa forma, o trabalho dos professores do Curso de Relações Internacionais está respaldado e apoiado pela política da Universidade.

**Tabela 7 – Docentes da Comissão do Curso e respectivos componentes curriculares**

| <b>Nome</b>                      | <b>Formação</b>   | <b>Componentes curriculares ministrados no Bacharelado em Relações Internacionais</b>   |
|----------------------------------|---|---|
| Ana Monteiro Costa               | Bacharelado em Ciências Econômicas, PUCRS( 2004)<br>Mestrado em Desenvolvimento Rural, UFRGS (2006)<br>Doutorado em Economia, área de concentração Economia do Desenvolvimento, UFRGS (2010)  | Teoria Econômica<br>Formação econômica do Brasil<br>Teorias do desenvolvimento e pensamento latino-americano  |
| Anna Carletti                    | Graduação em Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas – Habilitação Chinês, Università “La Sapienza” , Itália (1996)<br>Especialização Língua e História da China, ISIAO (1990)<br>Doutorado em História, UFRGS (2007)<br>Pós-Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2011)  | História das Relações Internacionais I e II<br>Italiano instrumental I e II<br>Relações internacionais da Ásia e África<br>História da Ásia Oriental  |
| Avelar Batista Fortunato         | Graduação em Ciências Econômicas UNIPLAC (1982)<br>Especialização em Economia de Empresas UFSC (1993)<br>Doutorado em Administração Educacional UC - USA (2001), UFG (2006)   | Fundamentos de Economia   |
| Carolina Freddo Fleck            | Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas, UFSM (2005)<br>Especialista em Comunicação Empresarial, UNISC (2006)<br>Mestrado em Administração, UFSM (2008)<br>Doutorado em Administração, UFRGS (2012)   | Metodologia científica  |
| Daniela Vanilla Nakalski Benetti | Graduação em Direito, UNICRUZ (1996)<br>Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM (2002)<br>Doutorado em Direito, UNISINOS (2007)<br>Pós-Doutorado em Direito, UFSC (2009)  | Introdução ao Direito<br>Direito Comunitário e da Integração  |
| Fabiane Tubino Garcia            | Graduação em Ciências Contábeis, UCPEL (1995)<br>Pós- graduação em Gestão Empresarial, FURG (2001)<br>MBA em Liderança Estratégica San Pablo-CEU/Espanha (2005)<br>Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa, UFSM (2010)<br>Mestrado em Engenharia da Produção, UFSM (2011)   | Contabilidade internacional   |
| Fábio Régio Bento                | Graduação em Teologia, FAJE (1989)<br>Graduado em Ciências Sociais, Pontifícia Università S. Tommaso D'Aquino (1992)<br>Mestrado em Teologia Moral. Pontifícia Universidade Lateranense - Academia Alfonsiana (1992)<br>Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Università S. Tommaso D'Aquino (1993)<br>Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Università S. Tommaso D'Aquino (1996) | Fundamentos de Sociologia<br>Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil<br>História das Grandes Religiões   |
| Flávio Augusto Lira Nascimento   | Graduação em Relações Internacionais, UNESP (2005)<br>Mestrado em Relações Internacionais, Unesp/Unicamp/Puc-Sp, 2008<br>Doutorado em Relações Internacionais, USP (em curso)   | Teoria das Relações internacionais II<br>Economia internacional II<br>Inglês instrumental I e II<br>Conflitos internacionais e Direito Humanitário<br>Teoria política moderna e contemporânea |

|   |   |  |
|---|---|--|
| Gleicy Denise Vasques<br>Moreira Santos | Graduação em Direito, Universidade Católica Dom Bosc (1998)<br>Graduação em Economia, UFMS (1999)<br>Especialização em Agente em Difusão e Inovação tecnológica<br>IBICT (2001)<br>Mestrado em Agronegócios, UFMS (2005)<br>Doutorado em Desenvolvimento Regional, UNISC (em curso) | Economia brasileira contemporânea<br>Geografia econômica   |
| Gustavo Aggio                           | Graduação em Economia (USP, 2005)<br>Mestrado em Economia (UNICAMP, 2008)<br>Doutorado em Economia (UNICAMP, 2011)  | Sistema financeiro internacional   |
| Hector Cury Soares                      | Bacharelado em Direito, UFPel (2007)<br>Mestrado em Direito, UNISINOS (2011)<br>Doutorado em Direito, UFRGS (em curso)  | Conflitos internacionais e Direito comunitário   |
| Jeferson Luis Lopes<br>Goularte         | Graduação em Ciências Contábeis, URCAMP (1997)<br>Mestrado em Integración y Cooperación Internacional,<br>Universidad Nacional de Rosario, Argentina (2002)   | Contabilidade internacional  |
| João Garibaldi Almeida<br>Vianna        | Graduação em Zootecnia, UFSM (2005)<br>Mestrado em Extensão rural, UFSM (2008)<br>Doutorado em Agronegócios, UFRGS (2012)   | Estatística  |
| Kalinca Léia Becker                     | Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal<br>de Santa Maria (2007)<br>Mestrado em Economia Aplicada da Escola Superior de<br>Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP (2009)  | Estatística  |
| Kamilla Raquel Rizzi                    | Licenciatura em História, UFRGS (2003)<br>Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS (2005)<br>Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2012)  | Política externa brasileira I<br>TCC I<br>TCC II<br>Relações internacionais da Ásia e da África<br>Laboratório I: análise de política internacional  |
| Nícia Pereira de Araujo                 | Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal<br>de Uberlândia, UFU (2000)<br>Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade<br>Federal do Paraná, UFPR (2003)  | Economia internacional I<br>Práticas de comércio exterior e legislação<br>aduaneira<br>Tópicos em economia internacional   |
| Rafael Balardin                         | Graduação em História, UFRGS (2002)<br>Mestrado em Relações Internacionais UFRGS (2005)<br>Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS (em<br>curso)  | História Econômica, Política e Social Geral<br>Teoria das Relações Internacionais I<br>Seminário de Relações internacionais II<br>TCC II<br>Política externa brasileira II                                       |
| Rafael Vitória Schmidt                  | Graduação em Direito, UFPEL (2004)<br>Mestrado em Integração Latino-Americana, UFSM (2007)<br>Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS (em<br>curso)   | Introdução ao estudo das Relações<br>Internacionais<br>Organismos internacionais<br>Relações internacionais da América Latina<br>Estágio supervisionado  |
| Renato José da Costa                    | Graduação em Relações Internacionais, ASM/FASM (2003)<br>Mestrado em História Social, USP (2006)<br>Doutorado em História Social, USP (em curso)  | Geografia política<br>Segurança internacional<br>Relações internacionais do Oriente Médio<br>Seminário de Relações internacionais do EUA<br>Seminário de Relações internacionais I<br>Negociações internacionais |
| Rodrigo Alexandre<br>Benetti            | Graduação em Direito, UNIJUI (1992)<br>Especialização em Direito, UNIJUI, (1999)<br>Especialização em Direito Tributário, FGV (2000)<br>Mestrado em Integração Latino-Americana, UFSM (2004)  | Direito internacional público<br>Direito internacional privado<br>Direito fronteiriço  |
| Victor Hugo Burgardt                    | Graduação em História, UCPEL (1991)<br>Graduação em Estudos Sociais, UCPEL (1990)<br>Mestrado em História, UNB (1996)<br>Doutorado em História, UNB (2006)  | Fundamentos de Ciência Política<br>Teoria política clássica  |

### 3.2 CORPO DISCENTE

A seleção unificada (SISU via ENEM) possibilita o ingresso de discentes de todo o país no curso de Relações Internacionais. Nesse sentido, as ações da Universidade são amplas para possibilitar a esses estudantes acompanhamento e assistência estudantil que refletem a preocupação com a promoção da permanência dos alunos no curso. Essas questões fazem parte do Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA, o qual é uma proposta aos discentes desde o ingresso na universidade com uma estrutura centrada em três eixos: acolhimento, permanência e acompanhamento dos discentes.

Nesse sentido, os estudantes que tem interesse no Curso de Relações Internacionais podem optar por ingressar pelo “Programa de Ações Afirmativas” (vagas reservadas para indígenas, estudantes com deficiência, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública). Esse tipo de ingresso assegura e amplia o acesso democrático com compromisso de uma instituição social, plural e de natureza laica.

O Curso também conta com o Programa de Apoio a Instalação Estudantil para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro, em única parcela para auxiliar nas despesas relacionadas à instalação do estudante vindo de localidades distantes da unidade acadêmica. Como política da Universidade, o Curso se preocupa com o acolhimento dos ingressantes organizando no período de ingresso, o “projeto de acolhida” juntamente com a equipe da Coordenação Acadêmica. O perfil da turma ingressante é definido através de pesquisa aplicada pelo NuDE. Com o levantamento desses dados a Coordenação tem o conhecimento da realidade dos acadêmicos que vai trabalhar além de colaborar para o planejamento de ações. O levantamento dos dados de estudantes com necessidades educacionais especiais na turma ingressante, a entrevista que é realizada e o plano de ação para com esses alunos também já é definido nesse período.

Aos discentes são oferecidos outros programas da Assistência Estudantil. O Programa Bolsas de Permanência - PBP que é a concessão de bolsas aos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica para melhorar o desenvolvimento acadêmico e prevenir a evasão. Está distribuído em modalidades: Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte. O Programa de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), objetiva incentivar a inserção dos estudantes nas atividades acadêmicas contando com a concessão de bolsas para atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica a partir de seleção e classificação em edital anual. Já

o Programa de Educação Tutorial – PET tem por objetivo desenvolver atividades em padrões de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.

Os acadêmicos contam (anualmente) com o SIEPE - Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tem como objetivo ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIPAMPA, fomentando e fortalecendo a interação e a cooperação dos povos do MERCOSUL. Além disso, os estudantes de Relações Internacionais poderão participar, anualmente, do Encontro de Discentes da UNIPAMPA – EDIUNI. O evento acontece em algum dos campi da instituição e surgiu em 2008 a partir da necessidade de unir acadêmicos para pautar as dificuldades do Movimento Estudantil.

Sobre o acompanhamento dos estudantes, o NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional realiza os levantamentos que colaboram para a Gestão do Curso como, por exemplo, a análise da situação do Curso (sempre no fim do semestre) visando levantamento de reprovações em componentes curriculares e nome dos estudantes que reprovaram em mais de um daqueles, repassando esses dados para a Coordenação de Relações Internacionais. Além disso, realizam atendimentos aos discentes e encaminhamentos necessários.

Referente aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, em cada campus, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional e as Comissões de Acessibilidade constituem-se como extensões do NInA - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade que tem como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na UNIPAMPA. Sendo assim, os estudantes do Curso contam com o atendimento educacional especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico.

### 3.3 INFRAESTRUTURA

O curso está sediado nas instalações do Campus Sant'Ana do Livramento. O prédio onde se encontra instalado o Campus conta com uma área construída de 4.214,00m<sup>2</sup>, em um terreno de superfície de 5.529,17m<sup>2</sup>. Possui diversas salas de aula, auditório para 350 pessoas, laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativo e acadêmico. Conta ainda, com um ginásio de esportes com uma área construída de 1.283,40m<sup>2</sup>. Atualmente o Curso de Relações Internacionais possui 160 (cento e sessenta) discentes (regularmente matriculados em 2012/01). Assim, no que tange às instalações necessárias para o funcionamento desta

oferta, é necessário dispor de 04 salas de aula para o período diurno (manhã e tarde), acrescentada uma sala de aula a cada nova turma ingressante (anualmente). As salas têm em média 51,96m<sup>2</sup> de área e estão equipadas com quadro branco, 50 cadeiras com braço, aparelho de ar condicionado e data show fixo.

O curso ainda conta com 2 Laboratórios de Informática, Biblioteca e Salão de Atos. Os Laboratórios de Informática contém quadro branco, 20 computadores cada, em pleno funcionamento, sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual tem 03 discentes bolsistas/trabalho que são encarregados de sua manutenção. A biblioteca contempla de livros a disposição dos discentes, de acordo com o regulamento das bibliotecas da Universidade, e conta com uma área de 92m<sup>2</sup>, além de disponibilizar 2 computadores para pesquisa ao acesso bibliográfico e mesas redondas para grupos de estudo/leituras individuais. Localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 350 pessoas, o Salão de Atos possui área de 275,30m<sup>2</sup>. Possui datashow, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m<sup>2</sup>. As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio. Cada uma com uma área de 11,84m<sup>2</sup>. Ao todo são 17 salas para cada dois ou três docentes.

Por ser um patrimônio antigo (tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual), o prédio não apresentava infraestrutura de acessibilidade, sendo necessárias alterações para minimizar as dificuldades. Sendo assim, atualmente estão sendo reformadas as ala I e II do prédio (subsolo I e II) buscando atender algumas dessas necessidades apontadas, como o aumento de salas de aula, adequação de acessibilidade com a construção de rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “Stair Trac” que atenderá as demandas até que o novo prédio seja construído. Também está prevista a construção do prédio anexo, o qual terá uma circulação vertical de acessibilidade (escada e elevador) que propiciará a interligação entre o prédio antigo e esse novo. Assim, o conjunto institucional será acessível na sua totalidade.

## 4 AVALIAÇÃO

De acordo com o PI (2009), a avaliação é parte constitutiva do sistema e tem papel de acompanhar o desenvolvimento da proposta institucional de forma permanente. A concepção adotada vai ao encontro da proposta do SINAES.

Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos (BRASIL. MEC. SINAES, 2009, s/p).

Dessa forma, o planejamento e a avaliação da Universidade serão pautados pelos seguintes princípios:

- 1 Planeja e avalia quem faz, entendido que os atos de planejar e avaliar cabem a quem tem capacidade de decidir e a responsabilidade de conduzir e implementar o que foi planejado;
- 2 Participativo, entendido como um processo no qual as ações de pensar e fazer são compartilhadas pela comunidade universitária;
- 3 Descentralizado, entendido que todos os atores, a partir de seus papéis e balizados pelas definições amplas da instituição, devem definir seus objetivos e metas;
- 4 Planejamento e avaliação como processos indissociáveis, entendido que o mesmo ato define o projeto e seu sistema de acompanhamento;
- 5 Planejamento e avaliação como processos pedagógicos contínuos, entendido que o projeto requer sistemático aprendizado da situação de modo a ajustar as ações para o alcance dos objetivos almejados;
- 6 Avaliação do desempenho funcional dos servidores como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários (PI, 2009, pág. 51).

A partir do citado, os envolvidos no Curso de Relações Internacionais entendem como fundamentais os cinco primeiros princípios para a Gestão do mesmo. Para tanto, o Curso

conta com a CPA – Comissão Própria de Avaliação, a qual ainda está em estruturação, mas já oferece orientações e acompanhamento ao trabalho realizado.

A Comissão Própria de Avaliação da UNIPAMPA foi constituída pela portaria nº 697, de 26 de março de 2010, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características multicampi, a CPA da UNIPAMPA é constituída por:

I. Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada campus da UNIPAMPA;

II. Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

A CCA é uma organização de representantes de todas as CLAs e tem como atribuições elaborar o projeto de autoavaliação institucional; promover uma cultura avaliativa; coordenar procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação; acompanhar e orientar o processo de avaliação; desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o projeto de avaliação institucional, apresentando-as a administração e ao conselho universitário; elaborar e apresentar relatórios; prestar informações ao INEP e prestar informações solicitadas.

Já as CLAs são as comissões que trabalham nos campi da instituição. Sendo assim, cada campus possui a sua Comissão Local e tem como atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica; desenvolver os processos de autoavaliação; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CCA. Nos campi são compostos por: um representante docente, um técnico administrativo, um discente e um membro da sociedade civil. No caso do campus Sant'Ana do Livramento, atualmente tal CLA é formada pelo professor Victor Hugo, Técnico-Administrativo Álvaro Monson, discente Vinícius Fialho e Cláudio Pedroso, representante da sociedade civil).

Além da supervisão e orientação da CPA, o Curso também conta com o auxílio de outros órgãos da universidade. Por exemplo, foi proposta pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN), em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), com o intuito de qualificar os cursos de graduação, a metodologia de autoavaliação. A base para este trabalho foi a identificação das forças e fragilidades dos cursos a partir dos indicadores utilizados pelo Ministério da Educação para implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A partir da análise realizada pelos cursos, foi realizada a construção de planos de ação para superação das dificuldades.

O trabalho de autoavaliação do curso de Relações Internacionais, a exemplo dos demais cursos do Campus de Sant'Ana do Livramento, dá-se pela reunião da Comissão de

Curso e Núcleo Docente estruturante, responsáveis pela implementação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, para analisar o estado das coisas frente aos indicadores que constam no formulário do INEP para processos de reconhecimento de cursos. Tal trabalho conta com a orientação dos avaliadores do INEP da instituição, que participaram no intuito de esclarecer dúvidas sobre os indicadores de forma específica e sobre os processos de avaliação de maneira geral. O resultado do trabalho foi um panorama geral dos cursos de graduação da UNIPAMPA, no que diz respeito a esses indicadores.

A busca da excelência na qualidade dos processos, em todos os contextos nos quais acontecem, depende fundamentalmente de um levantamento correto dos problemas, do planejamento das ações, da execução e do acompanhamento daquilo que foi planejado. Em qualquer uma das fases, a informação é um requisito essencial, sem a qual as chances de sucesso da proposta tendem a esgotarem-se.

É necessário, no entanto, que haja um mínimo de conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do curso, o que sugere atividades que se poderia chamar de pré-aprendizado, considerando-se como tais a) o conhecimento do Projeto do Curso, objetivos e perfil do egresso, b) a apresentação da ementa do componente curricular aos alunos no início do semestre, c) a apresentação dos objetivos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação, bem como referência a ser usada também no início do semestre; e d) a preparação do aluno anterior ao início do componente curricular.

Nesse sentido, o Curso de Relações Internacionais também pretende utilizar o resultado do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, para avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos do curso os quais embasam a formação desejada. Ainda não houve a oportunidade de participação no exame, porém, assim que houver, o resultado será utilizado para as reflexões do Curso.

A avaliação institucional integra, portanto, o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição. No Campus Livramento, semestralmente (nas semanas finais de cada semestre) é aplicada a avaliação institucional. A mesma consiste em um instrumento de pesquisa disponibilizado aos estudantes no laboratório de informática. Essa investigação refere-se à avaliação das disciplinas ministradas no período, bem como a postura individual de cada docente. Além disso, o estudante tem a oportunidade de avaliar o Curso, o Coordenador e alguns setores do campus (direção, coordenação acadêmica). Há uma questão aberta em que o aluno poderá expor suas críticas e sugestões.

Nestes termos, esse trabalho colabora para a gestão do Curso de Relações Internacionais e para a reflexão dos profissionais que atuam no mesmo, buscando sempre a melhoria e a qualidade da educação oferecida. Os dados coletados na pesquisa subsidiam reuniões pedagógicas no campus.

Referente às evasões que ocorrem, é realizado levantamento dos evadidos no Curso e enviado a eles, por e-mail, formulário de pesquisa “Formulário de controle de evasão”. Os dados coletados informam à Gestão de Relações Internacionais os motivos que levaram o discente a desistir da vaga que ocupavam no Curso. A partir desse estudo, tem-se o panorama de perfil dos evadidos, modalidade de evasão (reopção, abandono, transferência...), bem como o levantamento da influência de aspectos internos e externos da universidade nas causas da evasão. Além disso, o evadido tem a oportunidade de responder questões abertas referente ao que esperava do Curso, dar sugestões, responder se estudaria novamente na instituição e por que, enfim, esclarecer as causas de sua saída do Curso. Com estes dados a Coordenação poderá autoavaliar o trabalho do Curso e realizar modificações e reflexões junto à comunidade acadêmica, caso seja necessário.

O NuDE do campus possui um projeto chamado “Perfil do Aluno Egressante”, o qual ainda não foi aplicado ao nosso Curso em função de que até 2012/1 ainda não tivemos turmas de formandos. Porém, é uma pesquisa que irá colaborar com a autoavaliação do Curso no momento que teremos o retorno dos concluintes. Questões referentes a formação geral e específica do estudante são contempladas no instrumento de pesquisa (por exemplo, qual o conhecimento que o formando possui de informática, língua estrangeira e se a atividade acadêmica teve influência nesse conhecimento., informações referentes ao oferecimento por parte do Curso e a participação do estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contribuições do curso sobre aspectos humanísticos, como ética, criticidade..., avaliação do Curso, dos docentes e do Currículo, além de críticas e sugestões). Enfim, essa pesquisa também auxiliará o Curso de Relações Internacionais na sua autoavaliação.

As atividades didático-pedagógicas são planejadas e avaliadas mensalmente em reuniões convocadas para tal fim. Para estas reuniões são convocados, além dos docentes pertencentes à Comissão de Curso e ao NDE, outros docentes que estejam em atividade no curso de Relações Internacionais, além dos representantes Técnicos Administrativos em Educação e discentes, ocasião em que as políticas e práticas, após debate, são criticadas, revistas e, se for o caso, modificadas. Além destes aspectos, há iniciativas voltadas para um aperfeiçoamento constante no processo avaliativo, principalmente pelo fato de que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) mantém constante diálogo com a Coordenação do

Curso, o que sugere um acompanhamento ininterrupto do processo como um todo, procurando-se, inclusive, desde já, uma busca de propostas visando acompanhar os egressos. A avaliação, portanto, aliada ao planejamento, se constitui neste contexto, condição *sine qua non* para a excelência acadêmica buscada pelo Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 2020. **Três novos parques eólicos para o Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.agenda2020.org.br/integra-noticia.php?id=643>. Acesso em: 20, maio, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, maio, 2011.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12259:legislacao&catid=242:prolind&Itemid=499](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12259:legislacao&catid=242:prolind&Itemid=499)> Acesso em: 05 maio 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **Política Nacional de desenvolvimento regional**: construindo um Brasil de todas as regiões. Brasília: MIN, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **Programas de desenvolvimento regional**. Brasília: MIN, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **PROMESO: mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em

BRASIL. MEC. **Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>> Acesso em: 05 maio 2011.

BRASIL. MEC. **Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-componentes>> Acesso em: 05 abr. 2010.

MARCHIORO, et al. A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 703-717, dez. 2007.

BRASIL. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CES nº 2, de 18 de julho de 2007.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO MEC nº 07 de 29/03/2006.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO nº 2, de 18 de junho de 2007.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2007.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**. 2009.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Programa de Desenvolvimento Profissional Docente**. 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA**. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior**: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

## ANEXO A – Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
(Lei n. 11.640, de 11 de janeiro de 2008)

### **NORMA REGULAMENTAR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I E TCC II) DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIPAMPA - CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO.**

[alterada conforme Ata da Reunião do Núcleo Docente Estruturante do curso de  
Relações Internacionais, em 08 de dezembro de 2011]

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1** - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas a Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação - Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Art. 2** - O TCC consiste em um componente curricular obrigatório a ser realizado na forma de Monografia, ou seja, trabalho de pesquisa individual, sob orientação docente, envolvendo temas de abrangência da área de Relações Internacionais.

**Art. 3** - Os objetivos gerais da Monografia são os de propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de referências bibliográficas especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica na área de Relações Internacionais.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DOS PRÉ-REQUISITOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I (PROJETO DE TRABALHO DE CURSO) e TCC II (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO)**

**Art. 4** – Poderá matricular-se no componente curricular de TCC I (referente ao Projeto de Trabalho de Curso), o aluno que tiver concluído os seguintes componentes curriculares, com aprovação: História Econômica, política e social geral (SL0002), Geografia política (SL0004), Direito Internacional Público (SL0008), Teoria Política Moderna e Contemporânea (SL0009), História das Relações Internacionais II (SL0010), Metodologia Científica (33601), Inglês Instrumental I (SL0013), Economia Brasileira Contemporânea (SL0014), Teoria das Relações Internacionais II (SL0017), Organismos internacionais (SL0026), Espanhol instrumental I (SL0018), Política Externa Brasileira II (SL0019), Relações internacionais da América Latina (SL0020), Direito internacional privado (SL0022), Economia internacional I (SL0024) e Estatística (ADM004).

**Parágrafo Primeiro** – O não cumprimento desse requisito constitui motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular;

**Parágrafo Segundo** – A aprovação no componente curricular de TCC I (Projeto de Trabalho de Curso) constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II).

**Art. 5º** – A matrícula no componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II) atribui ao aluno o direito de escrever e defender seu trabalho, conforme calendário estabelecido semestralmente pela Professora do respectivo componente curricular.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO COMPONENTE CURRICULAR**

#### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO I**

**Art. 6** - O objetivo do componente curricular é elaborar um projeto de pesquisa voltado para o estudo de uma problemática relacionada às Relações Internacionais e/ou ciências sociais aplicadas desde que devidamente justificada a relação com o curso de graduação.

**Parágrafo único** – O componente curricular TCC I (Projeto de Trabalho de Curso) será ofertada presencialmente, com carga de 60 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um professor de Relações Internacionais. A escolha do professor orientador do TCC ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). O Coordenador do curso, junto com o provável orientador e o professor de

TCC I definirá quais as orientações.

**Art. 7** - O aluno deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de acordo com este Regulamento e com as recomendações do seu docente orientador, apresentando-o juntamente com o cronograma de execução.

**Parágrafo único.** A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação.

**Art. 8** - A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

I Sumário

II Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa);

III Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema, definições de hipóteses);

IV Justificativa;

V Objetivos: Gerais e Específicos;

VI Embasamento Teórico;

VII Metodologia (método de abordagem e procedimento);

VIII Estrutura da Monografia (Sumário Provisório)

IX Cronograma de Atividades;

X Referência.

**Art. 9** - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso deve ser entregue ao professor de TCC I, assinado pelo orientando e pelo orientador responsável, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência ao término do semestre letivo, para conhecimento e controle da Secretaria da Coordenação do Curso.

**Art. 10** - A avaliação do TCC I será dada pelo professor do componente curricular e pelo professor orientador, em média de zero a dez (0 a 10,0), sendo seis (6,0) a nota mínima para aprovação.

**Parágrafo único** – O professor do componente curricular TCC I poderá elaborar uma ficha de avaliação padrão, contendo os requisitos constantes da avaliação.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO COMPONENTE CURRICULAR**

### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO II**

**Art. 11** - O Trabalho de Conclusão de Curso, também classificado como Monografia, deve ser elaborado considerando-se:

I – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT.

II – no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 6º deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Relações Internacionais.

**Art. 12** – Para a matrícula no componente curricular TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II), o aluno deverá ter obtido aprovação no componente curricular TCC I (Projeto de Trabalho de Curso).

**Art. 13** – Ao iniciar o componente curricular Trabalho de Conclusão Curso II, o aluno fará contato prévio com o professor orientador, devendo assinar o Termo de Compromisso de orientação.

**Art. 14** – O aluno deverá entregar a primeira versão completa do Trabalho de Curso ao professor orientador até 4 (quatro) semanas antes do prazo fixado no calendário escolar da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre.

**Parágrafo primeiro** – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da mesma, para avaliar a primeira versão do Trabalho de Curso e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na versão definitiva.

**Parágrafo segundo** – O aluno deverá entregar ao professor do respectivo componente curricular 3 (três) cópias encadernadas em espiral da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso e sua versão digital até o último dia fixado pela Coordenação do Curso e pelo professor de TCC II, dentro do Calendário Acadêmico. A entrega deverá ser acompanhada de uma carta padrão com a expressão “apto para a defesa”.

**Art. 15** - A estrutura da TCC em formato de Monografia compõe-se de:

I Capa

II Folha de rosto

III Termo ou folha de aprovação

IV Dedicatórias (opcional)

V Agradecimentos

VI Epígrafe (opcional)

VII Lista de ilustrações (quando for o caso)

VIII Lista de tabelas (quando for o caso)

IX Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso)

X Lista de símbolos (quando for o caso)

XI Sumário;

- XII Introdução;
- XIII Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XIV Conclusão;
- XV Referências bibliográficas;
- XVI Glossário (quando for o caso)
- XVII Apêndices (quando for o caso)
- XVIII Anexos (quando for o caso)
- XIX Índices (quando for o caso)
- XX Capa final.

**Parágrafo primeiro** – O Trabalho de Curso deve possuir no máximo 80 (oitenta) páginas de texto escrito, dentro das normas da ABNT.

**Parágrafo segundo** – O Trabalho de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve obter a aprovação do professor do componente curricular, ouvido antes o professor orientador.

## **CAPÍTULO V**

### **DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II E SUA BANCA EXAMINADORA**

**Art. 16** – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do aluno do componente curricular (nota final) de Trabalho de Conclusão de Curso II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

**Parágrafo primeiro** – A nota dada pelo orientador terá peso 4 na nota final e peso 3 para os demais membros da banca (4,0+ 3,0+ 3,0=10,0).

**Art. 17** – As sessões de defesa do Trabalho de Curso são públicas.

**Parágrafo único** – Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

**Art. 18** – Cabe ao professor de TCC II autorizar e designar as bancas examinadoras, ouvindo as sugestões dos orientadores e do Coordenador do Curso.

**Parágrafo único** – O professor de TCC II será o responsável pela coordenação dos trâmites, como elaboração de calendários de bancas e finalizações do componente curricular.

**Art. 19** – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Conclusão de

Curso, o professor do componente curricular deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local e as salas destinadas à realização das defesas.

**Parágrafo primeiro** – Quando não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao professor do componente curricular analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo aluno.

**Parágrafo segundo** – Comprovada a existência de justo motivo pelo professor do componente curricular e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida data específica para a defesa no mesmo semestre letivo.

**Art. 20** – Na defesa, o aluno terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais cinco a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o aluno de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

**Art. 21** – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

**Parágrafo primeiro** – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, elaboradas pelo professor do componente curricular, onde o professor põe suas notas para cada item a ser considerado;

**Parágrafo segundo** – A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, conforme ponderação constante no Parágrafo Primeiro do Artigo 16;

**Parágrafo terceiro** – Será considerado aprovado, no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno que receber por todos os membros da banca examinadora, notas iguais ou superiores a 6,0 (seis).

**Parágrafo quarto** – Para os alunos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá exame de recuperação, isto é, o aluno que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) cursará novamente o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

**Art. 22** – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu Trabalho.

**Parágrafo único** – O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias, podendo ser inferior a critério da banca examinadora.

**Art. 23** – O aluno que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de

Curso II.

**Art. 24** – Em caso de reprovação o aluno poderá recorrer a Comissão do Curso de Relações Internacionais, no prazo de 48 horas, contados da data de publicação do resultado.

**Parágrafo primeiro** – Caso o recurso de aluno seja aceito pela Comissão do Curso de Relações Internacionais, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três professores distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

**Parágrafo segundo** – A Comissão revisora terá três dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

**Parágrafo terceiro** - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

**Parágrafo quarto** - Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar o processo de elaboração do projeto, ficando previsto o prazo limite de até 15 dias para reapresentar novo projeto de TCC I ao professor do componente curricular e à Coordenação de Curso. Essa mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II - haver a aprovação do docente orientador;

III - existir a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

**Parágrafo único.** Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

**Art. 25** – Ao aluno cujo Trabalho de Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo Trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

**Art. 26** – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas.

**Parágrafo primeiro** – Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos da UNIPAMPA ou de outras instituições de nível superior.

**Parágrafo terceiro** – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

**Art. 28** – A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

**Parágrafo primeiro** – Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, o professor do componente curricular deve comunicar, por escrito, ao Coordenador do Curso de Relações Internacionais.

**Parágrafo segundo** – Poderá ser aceito parecer de um dos membros da banca em caso da não possibilidade de comparecer, sendo então chamado o membro suplente.

**Art. 29** – Todos os professores do Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Trabalho de Curso, bem como para participar das bancas examinadoras.

**Parágrafo único** – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 6 (seis) comissões examinadoras por semestre.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA FREQUÊNCIA NOS COMPONENTES CURRICULARES**

#### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**

#### **E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

**Art. 30** – A frequência mínima nos componentes curriculares de TCC I e II será de 75% relativamente às orientações com os professores dos respectivos componentes, de acordo com o cronograma de horário estabelecido e atividades solicitadas.

**Art. 31** – De forma alguma os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II poderão ser cursadas no mesmo período.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 32** – Os casos de plágio comprovado incorrerão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de punições e processo interno, dependendo do nível apresentado.

**Art. 33** - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelo professor dos componentes curriculares, Coordenador do Curso e pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

**Art. 34** - Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Sant'Ana do Livramento, 09 de dezembro de 2011.

## **ANEXO B – Normas para o Estágio Supervisionado**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
(Lei n. 11.640, de 11 de janeiro de 2008)

### **NORMA REGULAMENTAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIPAMPA CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

A COMISSÃO DO CURSO de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 40 da Resolução Nº 20, de 26 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, e os termos da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008,

#### **RESOLVE:**

APROVAR as seguintes NORMAS PARA OS ESTÁGIOS DESTINADOS A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

#### **CAPÍTULO I** **DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais (PPC RI).

I – Estágio obrigatório é aquele definido como tal no PPC RI, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

II – Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Parágrafo único. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica, desenvolvidas pelo estudante, não poderão ser equiparadas ao estágio obrigatório.

## **CAPÍTULO II**

### **DA IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR**

Art. 3º O componente curricular Estágio Supervisionado está cadastrado no PPC bem como no Sistema de Informações para o Ensino (SIE) da seguinte forma:

I – Componente Curricular: Estágio Supervisionado

II – Código: SL0037

III – Tipo: Obrigatória.

IV – Carga Horária: 90 (noventa) horas/aula.

V – Pré-requisito: Ter sido aprovado em todos os componentes curriculares obrigatórios oferecidos pelos quatro primeiros semestres da matriz curricular do Curso de Relações Internacionais; ou ter integralizado, no mínimo, 1260 (mil duzentos e sessenta) horas-aula em componentes curriculares obrigatórios da matriz curricular do Curso de Relações Internacionais ou em componentes curriculares complementares àquela matriz.

VI – Ementa: Plano de Estágio. Desenvolvimento do Plano de Estágio. Elaboração e Entrega do Relatório de Estágio.

VII – Execução do Trabalho: Individual.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS DETERMINAÇÕES GERAIS**

Art. 4º As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ter correlação com a área de estudos do Curso de Relações Internacionais.

Art. 5º A jornada de atividade em Estágio, a ser cumprida pelo estudante, deve compatibilizar-se com seu horário escolar e com o horário da parte concedente na qual ocorre o Estágio.

Art. 6º Não é permitido ao aluno realizar Estágios concomitantes.

Art. 7º A carga horária do Estágio não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§1º A carga horária do Estágio deverá ser reduzida à metade quando o estagiário estiver realizando verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, devendo esta cláusula estar estipulada no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

§ 2º A jornada de Estágio, nos períodos de férias escolares, deve estar devidamente estabelecida de comum acordo entre o estagiário, a parte concedente do Estágio e a UNIPAMPA, e estar presente no Termo de Compromisso.

Art. 8º A orientação do Estágio é realizada por docente da UNIPAMPA, da área a ser desenvolvida no Estágio, que é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário.

Art. 9º A supervisão do Estágio é realizada pela parte concedente, que deve indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, durante o período integral de realização do Estágio, a ser comprovado por vistos nos relatórios de atividades, de avaliação e no relatório final.

#### **CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

Art. 10. Pode realizar Estágio Obrigatório o estudante que atender aos seguintes requisitos:

- I – estar regularmente matriculado no componente curricular Estágio Supervisionado;
- II – ter sido aprovado em todos os componentes curriculares obrigatórios oferecidos pelos quatro primeiros semestres da matriz curricular do Curso de Relações Internacionais; ou ter integralizado, no mínimo, 1.260 (mil duzentos e sessenta) horas-aula em componentes curriculares obrigatórios da matriz curricular do Curso de Relações Internacionais ou em componentes curriculares complementares daquela matriz.

Art. 11. A carga horária para Estágio obrigatório corresponde a 90 (noventa) horas/aula.

#### **CAPÍTULO V DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

Art. 12. O Estágio não obrigatório pode ser considerado como Atividade Complementar de Graduação (ACG), podendo sua carga horária ser considerada para o somatório das horas de ACGs.

Parágrafo único. O aproveitamento das horas de Estágio não obrigatório para o cômputo das ACGs deverá obedecer ao limite de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima – 120 (cento e vinte) horas – de ACGs estabelecida no PPC; ou seja, não deverá exceder a 24 horas/aula.

Art. 13. Pode realizar Estágio não obrigatório o estudante que atender aos seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado e frequentando as aulas;

II – ter cursado e obtido aprovação em componentes curriculares do Curso que integralizem no mínimo 300 (trezentas) horas/aula.

Art. 14. O período de Estágio não obrigatório é de no máximo 6 (seis) meses renovável por, no máximo, mais 3 (três) semestres, não podendo ultrapassar o total de 2 (dois) anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

§ 1º A cada renovação de Estágio, o aluno deve apresentar relatório das atividades ao professor orientador, que encaminha o relatório à Secretaria Acadêmica do Campus.

§ 2º O relatório deve conter a avaliação do profissional que supervisionou o estudante durante a realização do Estágio.

§ 3º Cada renovação do Estágio está condicionada à aprovação do relatório do período anterior pelo orientador.

§ 4º A renovação deve ser realizada antes do final da vigência do Estágio, sendo indeferida se for entregue a documentação após o encerramento do prazo de vigência.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS**

Art. 15. Para a caracterização e definição do Estágio de que trata esta Norma, é necessária a existência de Convênio entre a UNIPAMPA e a parte concedente do Estágio, no qual devem estar acordadas as condições do Estágio.

Art. 16. A realização do Estágio se dá mediante Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de Estágio, entre o estudante, a parte concedente e a UNIPAMPA, representada pelo Coordenador Acadêmico do Campus, no qual são definidas as

condições para o Estágio e o Plano de Atividades do estagiário, constando menção ao Convênio.

Parágrafo único. O TCE, indispensável para a efetivação do Estágio, deve ser instituído conforme as condições estabelecidas pelo Art. 20, Parágrafo único da Resolução Nº 20, de 26 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa.

Art. 17. O estudante, antes de iniciar o Estágio, deve preencher o Plano de Estágio, em conjunto com o professor orientador, no qual constam os dados cadastrais do Campo de Estágio, as descrições do Estágio, uma prévia avaliação do aluno e da parte concedente, pelo orientador, e as responsabilidades de cada parte.

Art. 18. Ao término do estágio, ou a cada renovação, devem ser entregues à secretaria acadêmica de cada campus os seguintes relatórios:

I – Relatório de Atividades do Estagiário – elaborado pelo estagiário, com o relato das principais atividades desenvolvidas e sua avaliação das principais aprendizagens, problemas enfrentados e sugestões para o professor orientador, com vista obrigatória ao professor orientador e ao Campo de Estágio;

II – Relatório de Atividades da Parte Concedente – preenchido pela parte concedente, com relato resumido das atividades desenvolvidas pelo estagiário e dos períodos em que as mesmas foram realizadas;

III – Termo de Realização de Estágio – preenchido pela parte concedente com a avaliação de desempenho do estagiário.

Art. 19. O estagiário deve entregar, até 30 (trinta) dias após o final do Estágio, um relatório final contendo as atividades desenvolvidas, a avaliação do Estágio, as principais aprendizagens, devendo o Relatório ser aprovado pelo professor orientador e pela parte concedente.

Art. 20. O modelo de relatório deve ser constituído, no mínimo, de quatro partes fundamentais:

I – Introdução – parte inicial que deve apresentar o trabalho indicando seu foco principal e as partes que o compõem. Descreve os objetivos a serem alcançados com o Estágio e a sua justificativa, destacando a importância do mesmo para a organização/instituição concedente e para o avanço do conhecimento do estagiário;

II – Desenvolvimento – apresenta a organização/instituição concedente, seu histórico, missão, valores e estrutura organizacional. Analisa o ambiente em que a organização/instituição está inserida e as influências que recebe e exerce sobre este ambiente. Descreve a metodologia utilizada e os resultados encontrados, bem como as ações propostas à organização/instituição;

III – Conclusão – capítulo de fechamento do relatório, retomando as suas partes e os

resultados alcançados, indicando o alcance dos objetivos. Devem ser salientadas eventuais limitações enfrentadas e sugestões para pesquisas ou práticas futuras;

IV – Referências – são incorporadas por todas as fontes bibliográficas e documentais que informam a elaboração do relatório e lhe dão fundamento.

Art. 21. A realização do componente curricular Estágio Supervisionado está condicionada aos seguintes procedimentos:

I – Matrícula;

II – Definição, entre as instituições que possuam Convênio com a UNIPAMPA, da organização/instituição e da área onde será realizado o estágio;

III – O estudante precisa apresentar documento que comprove vínculo com a organização/instituição onde irá desenvolver o estágio curricular (ver tabela 1);

IV – Aprovação, pelo Coordenador de Estágios, da área e da organização/instituição onde o(a) aluno(a) irá realizar o estágio;

V – Definição, pelo Coordenador de Estágios, do professor orientador;

VI – Aprovação, pelo Orientador do estágio, do plano de estágio;

VII – Realização/orientação do estágio junto à organização/instituição;

VIII – Elaboração e orientação do relatório de estágio;

IX – Entrega do relatório de estágio;

X – Entrega do relatório de estágio à organização/instituição, com comprovação, após avaliação pelo orientador.

**Tabela 1 – Documento que comprove vínculo entre estudante e a organização/instituição**

| <b>Condição do Aluno</b>        | <b>Documento de Vínculo com a Organização</b>  |
|---------------------------------|--|
| Estudante-Estagiário            | Termo de Compromisso de Estágio  |
| Estudante-Empregado             | Cópia da Carteira de Trabalho autenticada  |
| Estudante-Proprietário          | Documento que comprove que é proprietário (CNPJ; Inscrição Estadual; Contrato Social) assinado pelo contador da organização. |
| Estudante Filho de Proprietário | Declaração da Organização (em papel timbrado)  |

## **CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 22. São atribuições do Coordenador de Estágios:

- I – divulgar as normas referentes aos Estágios;
- II – zelar pelo cumprimento da legislação aplicada aos Estágios;
- III – realizar visitas aos campos de Estágios buscando oportunidades de Estágio e divulgando a Universidade;
- IV – designar professores orientadores do Estágio Supervisionado;
- V – prestar informações adicionais, quando solicitadas;
- VI – Encaminhar à Comissão do Curso de Relações Internacionais os casos omissos nesta e nas demais normativas pertinentes ao estágio Supervisionado.

Art. 23. São atribuições do orientador de Estágio:

- I – planejar juntamente com o estagiário, acompanhar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Estágio;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando e controlar o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de Estágio;
- III – orientar técnica e pedagogicamente os alunos no desenvolvimento de todas as atividades do Estágio;
- IV – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos estagiários;
- V – encaminhar à Coordenação Acadêmica do Campus os documentos relacionados aos Estágios;
- VI – zelar pela celebração e pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, em conjunto com a Coordenação Acadêmica do Campus;
- VII – informar ao Campo de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com a Coordenação Acadêmica;
- VIII – manter o Coordenador de Estágios informado sobre questões pertinentes ao desenvolvimento do estágio sob sua orientação;
- IX – prestar informações adicionais quando solicitado.

Art. 24. São atribuições do acadêmico estagiário:

- I – ter pleno conhecimento do regulamento do Estágio e dos prazos estabelecidos;
- II – providenciar, antes do início do Estágio, todos os documentos necessários para o

desenvolvimento do Estágio;

III – indicar preferência do local adequado para a realização do seu Estágio obrigatório;

IV – estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, é cancelado seu Estágio;

V – elaborar, de acordo com orientação do professor, o Plano de Estágio;

VI – cumprir os prazos previstos para entrega dos relatórios, parcial e final, bem como submetê-los à avaliação do orientador e da parte concedente;

VII – estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no Estágio;

VIII – cumprir fielmente a programação do Estágio comunicando à UNIPAMPA e à Unidade concedente a conclusão, interrupção ou modificação do Estágio, bem como fatos relevantes ao andamento do Estágio;

IX – atender às normas internas da parte concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;

X – responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

XI – participar de todas as atividades inerentes à realização dos Estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);

XII – desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;

XIII – elaborar e entregar ao orientador de Estágio, para posterior análise da Unidade concedente e/ou da UNIPAMPA, relatório(s) sobre seu Estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

Art. 25. A nota mínima para a aprovação no componente curricular Estágio Supervisionado é 6,0 (seis).

Art. 26. A verificação do aproveitamento acadêmico será constituída de:

I – apresentação escrita do relatório de atividades;

II – a avaliação pelo orientador de estágio, que compreenderá, desde a elaboração do plano até a entrega do relatório final de estágio, todas as atividades pertinentes à realização do Estágio

Supervisionado;

Parágrafo único. Em caso de trabalho com conteúdo insatisfatório ou de manifesta fraude ou plágio, o aluno será reprovado.

Art. 27. A atribuição da nota final do Estágio Supervisionado será condicionada a:

I – apresentação do relatório final em CD-Rom;

II – declaração da entrega de uma cópia à organização/instituição estagiada.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 28. Os casos omissos neste regulamento serão encaminhados à Comissão do Curso de Relações Internacionais pelo coordenador de estágios.

Art. 29. Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Sant'Ana do Livramento, 22 de setembro de 2011.